



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Andressa da Silva Martins

ECOS DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA DOS HOMENS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA VERSÃO DO PROJETO
CASULO

Tocantinópolis/TO
2025

Andressa da Silva Martins

ECOS DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA DE HOMENS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA VERSÃO DO
PROJETO CASULO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS), para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline Campos
Coorientador: Prof. Dr. Thiago Barbosa

Tocantinópolis/TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D111e da Silva Martins, Andressa.

Ecos da violência: Análise das manifestações sobre violência doméstica dos homens participantes da primeira versão do projeto casulo / Andressa da Silva Martins. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2025.

94 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Pedagogia) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline Campos.

Coorientador: Prof. Dr. Thiago Barbosa.

1. Penas e medidas alternativas. Grupo Reflexivo. 2.
Violência Doméstica. Homens autores de violência contra a
mulher. 3. Tudo é Rio.

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Andressa da Silva Martins

ECOS DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA DE HOMENS PARTICIPANTES DO PROJETO CASULO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS). Foi avaliada para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela orientadora e banca examinadora.

Data da aprovação:

Banca examinadora:

Profª Drª Aline Campos - Orientadora (UFNT)

Prof. Dr. Thiago de Melo Barbosa - Orientador (UFNT)

Profª Drª Camila Simões Rosa - Membro Externo (UFLA)

Profª Drª Silene Claro - Membro interno (UFNT)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por sempre me apoiarem e ajudarem em tudo o que estava ao seu alcance. Sou igualmente grata a cada um dos professores com quem tive contato durante minha trajetória na universidade - de um modo ou de outro, todos contribuíram para o meu aprendizado.

Agradeço também aos orientadores deste trabalho, pois, sem suas contribuições e orientações, ele não teria sido construído.

Aos colegas de curso, especialmente às amigas que fiz ao longo desses quatro anos, deixo minha gratidão. Foi uma longa jornada que passou rápido, e agradeço por dividirem comigo os estresses, reclamações e os sorrisos.

Não poderia deixar de mencionar os amigos de antes, que acompanharam essa caminhada de fora e sempre me encorajaram, muito obrigada.

Por último, agradeço a mim mesma: por não ter desistido, por todo o esforço e empenho depreendidos não apenas na feitura da pesquisa, mas ao longo de todo percurso acadêmico.

Nenhum homem é santo. [...] Mas é importante lembrar que a vida não pode ser resumida a uma visão maniqueísta.

Não existe só o bem e o mal. Seres humanos são imperfeitos, moldados por seus privilégios ou pela falta deles, e todos erram: alguns com boas intenções, outros, forçados pelas condições a que são submetidos. As pessoas movem-se guiadas por seu conhecimento limitado, caem ao ter suas certezas destroçadas pela realidade e depois continuam, muitas vezes com as forças renovadas pelas descobertas.

(Paola Siviero - *O Auto da Maga Josefa*)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar as manifestações sobre violência doméstica dos homens participantes do primeiro Grupo Reflexivo promovido pelo Projeto *Casulo: Grupo Reflexivo em medidas e penas alternativas*. Contribui, assim, para a compreensão sobre a eficácia interventiva educativa no combate à violência contra a mulher a partir do processo de responsabilização dos homens desenvolvida pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A investigação pautou-se em princípios teóricos-metodológicos da Pesquisa Narrativa e contou com o suporte da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin, para o estudo dos registros produzidos pelas alunas extensionistas sobre cada um dos encontros da primeira versão do projeto. Com a organização e sistematização dos registros, chegou-se a três grandes temas de análise: Compreensão Masculina sobre Mulher, Ser Homem e Olhar para a Família. Cada uma deles vincula-se à construção e manifestação da violência de gênero por parte dos participantes e está subdividido em categorias. Em *Compreensão Masculina sobre Mulher*, identifica-se o quanto o machismo perpassa o entendimento dos homens participantes do grupo em relação à figura feminina, porém, fica evidente também o quanto eles chegam ao projeto alheios à violência que cometeram. Em *Ser Homem* compreendemos que a violência é um elemento que percorre toda a trajetória de vida desses homens, influenciando o modo como enxergam a vida e as relações que são construídas ao longo do tempo. Por fim, em *Olhar para a Família*, notamos que apesar do conceito de família e amor não serem fixos, modificando-se a partir das transformações que os seres humanos e a sociedade passam, no grupo de homens analisados permanece presente a concepção patriarcal, que prega a superioridade masculina. A partir da análise desta experiência, evidencia-se a complexidade de se trabalhar com os Grupos Reflexivos e a profundidade histórico-social envolvendo a violência doméstica. Ressalta-se a contradição manifestada em diversas situações pelos homens, revelando que a transformação de comportamentos e mentalidades não é linear, mas composta por avanços e retrocessos. Destaca-se também a potencialidade da utilização da obra literária *Tudo é Rio* de Carla Madeira, que possibilitou discutirmos a problemática da violência sem abordar diretamente os casos pelos quais os participantes estavam respondendo, permitindo uma reflexão despersonalizada, transformando o enredo em uma base segura para a compreensão das próprias experiências. Conclui-se que esta pesquisa contribui para compreender os Grupos Reflexivos como alternativa penal à privação de liberdade e potente estratégia de combate à violência doméstica, por oferecerem possibilidades educativas e não meramente punitivistas para lidar com um problema social que é estrutural.

Palavras-chave: Penas e medidas alternativas. Grupo Reflexivo. Violência Doméstica. Homens autores de violência contra a mulher. Tudo é Rio

ABSTRACT

This study aimed to identify and analyze the responses to domestic violence among men participating in the first Reflective Group promoted by the Casulo Project: Reflective Group on Alternative Measures and Punishments. It thus contributes to understanding the effectiveness of educational interventions in combating violence against women, based on the process of empowering men to be accountable developed by the Federal University of Northern Tocantins (UFNT). The research was based on theoretical and methodological principles of Narrative Research and was supported by Content Analysis, proposed by Laurence Bardin, to study the records produced by extension students about each of the meetings of the first version of the project. By organizing and systematizing the records, three major themes of analysis were identified: Male Understanding of Women, Being a Man, and Perspectives on the Family. Each of these themes is linked to the participants' construction and manifestation of gender-based violence and is subdivided into categories. In "Male Understanding of Women," we identify the extent to which machismo permeates the group's men's understanding of the female figure. However, it also becomes clear how much they arrive at the project unaware of the violence they have committed. In "Being a Man," we understand that violence is an element that permeates these men's entire life trajectories, influencing how they view life and the relationships they build over time. Finally, in "Looking at the Family," we note that although the concepts of family and love are not fixed, changing based on the transformations that human beings and society undergo, the patriarchal conception, which preaches male superiority, remains present in the group of men analyzed. Based on the analysis of this experience, the complexity of working with Reflective Groups and the historical and social depth surrounding domestic violence become evident. The contradictions men manifest in various situations are highlighted, revealing that the transformation of behaviors and mindsets is not linear, but rather composed of advances and setbacks. Also noteworthy is the potential use of Carla Madeira's literary work "Everything is Rio," which allowed us to discuss the issue of violence without directly addressing the cases to which the participants were responding, allowing for depersonalized reflection, transforming the storyline into a solid foundation for understanding their own experiences. We conclude that this research contributes to understanding Reflective Groups as a penal alternative to deprivation of liberty and a powerful strategy to combat domestic violence, as they offer educational, rather than merely punitive, possibilities for addressing a structural social problem.

Keywords: Alternative penalties and measures. Reflection group. Domestic violence. Men who commit violence against women. Everything is Rio.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura geral dos grandes temas e categorias de análise.	32
Quadro 2 - Atributos positivos e negativos das mulheres na visão dos homens participantes do Projeto Casulo	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A mulher na visão masculina dos participantes do Projeto Casulo	35
Figura 2 - Registro fotográfico de dinâmica realizado no Projeto Casulo sobre masculinidade tóxica	42
Figura 3 - Registro fotográfico da dinâmica “um conceito chamado gênero” produzido coletivamente durante o encontro do 3º Grupo Reflexivo	44
Figura 4 - Elementos que constituem o “ser homem” para os participantes do Projeto Casulo	52
Figura 5 - Vista superior da disposição dos cupcakes na mesa durante a dinâmica sobre família	57
Figura 6 - Significado de família para os homens participantes do Projeto Casulo	74

LISTA DE SIGLAS

CEPEMA	Central de Penas e Medidas
UFNT	Universidade do Norte do Tocantins
GR-I	1º Grupo Reflexivo
NPJ	Núcleo de Proteção Jurídico e Apoio Psicológico
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. TUDO É RIO, TUDO É VOZ: OS CAMINHOS PERCORRIDOS QUE DESAGUARAM NA PESQUISA	12
2. INTRODUÇÃO	15
3. PERCURSO METODOLÓGICO	18
3.1 Onde tudo começou...	18
3.2 Abordagem teórico-metodológica	25
3.3 Observação, participação e registro de memórias como fontes de investigação	27
3.4 Procedimentos metodológicos	29
4. SER MULHER SOB OLHAR DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	34
5. RACHADURAS: O QUE HÁ POR TRÁS DA MÁSCARA DA MASCULINIDADE?	51
6. NÚCLEO FAMILIAR: UM PROJETO DEFEITUOSO DO PATRIARCADO	73
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

1. TUDO É RIO, TUDO É VOZ: OS CAMINHOS PERCORRIDOS QUE DESAGUARAM NA PESQUISA

Pode parecer um pouco estranho para quem olha de fora compreender os motivos da escolha de uma temática de pesquisa que foge do tradicional quando se tem em mente a profissão na qual estou me formando: pedagogia. O mais lógico seria que eu abordasse no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) algo voltado para a infância como a maioria dos formandos fazem. A questão é que levei muito à sério a popular frase dita pelas mães quando querem negar ou proibir algo para os filhos: “você não é todo mundo!”.

Brincadeiras à parte, desde muito jovem gosto de estudar temáticas sociais, justamente por seu caráter crítico-reflexivo. Apesar de serem assuntos derivados de problemáticas que assolam a sociedade há séculos e que, idealmente, já deveriam ter sido resolvidos - os debates sobre questões sociais nunca se esgotam, o saber está sempre em movimento. Quando acreditamos que algo se encerrou, alguém surge com uma nova teoria, respostas a perguntas que até então estavam sem explicação ou um ponto de vista diferente daqueles já relatados, ou seja, sempre há espaço para que ocorra mudanças na forma como enxergamos o mundo à nossa volta. Além do mais, sou apaixonada por literatura ficcional e acredito na sua potencialidade educativa: quando lemos uma história não estamos apenas nos divertindo, mas aprendendo a sermos mais empáticos, conhecendo novas culturas, compreendendo melhor nós mesmos através dos personagens etc.

Desde antes do meu ingresso no Projeto Casulo ou até mesmo saber da sua existência, a temática que me interessava girava em torno da violência contra a mulher, só que antes desejava compreender a forma como ela se manifestava no mito da Medusa. Existem variações da história, porém, a versão que utilizaria narra que ela era uma bela jovem mortal, sacerdotisa de Atenas. Por ser muito bonita, Poseidon passou a desejá-la. Certo dia ele a interceptou enquanto estava deixando algumas oferendas no templo de Atenas, ao ser recusado por ela, uma fúria tomou conta do deus dos mares, levando-o a estuprá-la ali mesmo. Ao notar que seu santuário estava maculado e sua seguidora fiel não era mais virgem, Atena a castigou transformando-a em uma górgona com cabelos de serpente, com o poder de transformar quem a olhasse em pedra.

E qual o motivo de querer abordar isso? Mesmo sendo um assunto considerado “batido”, isto é, muito pesquisado e comentado? A relevância é porque, mesmo com avanços na sociedade e transformações significativas na mentalidade das pessoas, este permanece sendo um crime bastante cometido, todos os dias milhares de mulheres são espancadas, desrespeitadas, violentadas e mortas. Nesse exato momento que escrevo essas palavras e você as lê, alguma mulher está sendo vítima de ações agressivas.

Acrescenta-se ainda que pelo alto índice de casos violentos desferidos contra mulheres, não seria um absurdo dizer que já presenciei situações semelhantes com familiares, amigas ou conhecidas, seja em maior ou menor grau. Aliás, também sou mulher, se situações ruins estão acontecendo com minhas semelhantes seria interessante buscar meios de entender os elementos que estão por trás da ideia de submissão feminina perante a figura masculina.

A escolha da orientadora e co-orientador não se deu por conveniência, visto que ambos são coordenadores do Projeto *Casulo*. Na verdade, há uma trajetória por trás dessa decisão. Decidi que a professora Aline Campos orientaria meu estudo desde sua primeira aula ministrada na minha turma no quarto período. Minha certeza só cresceu com o tempo, não apenas por sua inteligência, mas também por seus projetos de pesquisa e extensão abordarem temas que me interessavam – um dos motivos que me levou a participar do primeiro grupo reflexivo desenvolvido pelo Projeto *Casulo* em 2023. O outro objetivo estava ligado à minha primeira temática de pesquisa: ingressei na equipe executora para que os debates me auxiliassem na fundamentação da análise que pretendia realizar.

Em meio ao que foi relatado acima, o professor Thiago Barbosa era recém-contratado na universidade e estava lecionando pela primeira vez para minha turma, além de também ser um membro recente no projeto. Em pouco tempo ele criou um projeto de pesquisa atrelado ao Projeto *Casulo* e me convidou para participar (a investigação mencionada estará melhor detalhada no item 3.1). A partir dessa experiência anterior em que fomos orientador e orientanda, acreditamos que seria muito bom que se tornasse o co-orientador do estudo aqui descrito.

Para concluir, por meio de conversas e pesquisas prévias, verificamos que o mito da Medusa já era bastante discutido e estudado. Era, também, uma temática distante da linha de atuação da professora, o que demandaria estudos extras. Sobretudo, notamos que seria mais vantajoso discorrer sobre algo que estamos

inseridas e trabalhando constantemente do que nos dedicamos a um tema totalmente inédito para nós, como a história de um dos seres mais famosos da mitologia grega. Assim, optei por investigar os vestígios de violência na fala dos homens participantes dos Grupos Reflexivos promovidos pelo Projeto *Casulo*, mantendo o foco na violência contra a mulher – tema que me mobiliza desde o começo. Dessa forma, o trabalho ganha raízes na prática, no diálogo e, no mais importante, na transformação social.

2. INTRODUÇÃO

A prisão surge como um ato punitivo no século XVIII e XIX tendo como intuito:

exercer o poder social diante dos atos ilícitos praticados por membros da própria sociedade. O pensamento que se tinha naquela época era que privando a liberdade dos acusados, eles iriam se arrepender e repensar sobre o crime cometido, de forma a não voltar a cometer delitos e, com o passar do tempo, poderiam retornar a sociedade como cidadãos transformados (Santos, p.104, 2015).

Trazendo para os dias atuais, essa perspectiva continua em vigor, porém, o que podemos perceber é que ela representa um dos maiores fracassos do sistema penitenciário ao longo dos anos, já que somente privar de liberdade ou tratar com mais violência os indivíduos infratores, influenciará na continuidade dos atos criminosos.

Daí surge a necessidade de ações educativas e conscientizadoras. Dentre os vários crimes cometidos em nossa sociedade, a violência contra a mulher é um dos mais recorrentes, fruto de uma civilização patriarcal, imersa no capitalismo, que tem como uma de suas principais ideologias o machismo,

que determina que os homens controlem o mercado, o governo e a atividade pública e que as mulheres sejam subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços públicos e privados. O espaço público, dos homens, é o espaço social, que envolve educação, trabalho, política e literatura. Já o espaço privado, destinado às mulheres, é o espaço da produção e da sobrevivência doméstica e familiar. (Arrazola; Rocha, 1996, apud Balbinotti, 2018, p. 247 - 248).

Assim como na maioria das infrações, a punição para casos de violência contra a mulher seria a restrição de liberdade. Contudo, por ser a violência uma consequência direta da estrutura social - assentada em preceitos machistas e patriarcais -, permeando a realidade em que estamos inseridos, moldando os pensamentos e comportamentos individuais, afetando gravemente a maneira como entendemos a figura feminina e o seu papel na sociedade, essa situação não pode ser entendida de modo simplista, acreditando que somente prender o autor de violência resolve todo o cenário violento. Com base no que assegura Prates e Andrade (2013), mencionando Saffioti (2004), para que haja uma mudança verdadeira na mentalidade social em relação ao tratamento machista dispensado à mulher, é preciso trabalhar tanto com a vítima quanto com o homem autor de violência, procurando fazê-lo entender a gravidade de seus atos e a partir disso

suscitar o desejo de mudança.

Partindo dessa visão, passou-se a entender a importância de se criar:

espaços de reflexão para homens autores de violência [...], na medida em que foi se construindo a compreensão de que, ao trabalhar apenas com as mulheres, estava-se lidando apenas com uma das partes envolvidas na situação de violência e que também os homens que fossem submetidos a algum tipo de intervenção diminuiriam a reincidência de violência em seus relacionamentos atuais e futuros (Prates e Andrade, p.02-03, 2013).

É alinhado à essa perspectiva que surge, em parceria entre a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), a Central de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA), o Poder Judiciário e o Conselho da Comunidade vinculado à Comarca de Tocantinópolis o Projeto *Casulo*, voltado à promoção de Grupos Reflexivos com homens autores de violência doméstica. Para esta pesquisa, analisamos o discurso dos participantes do Primeiro Grupo Reflexivo (doravante, GR-I), o qual será melhor contextualizado no item 3.1 deste trabalho).

A experiência de promoção e acompanhamento deste projeto fez emergir a necessidade de análise e avaliação dessa intervenção educativa no combate à violência contra a mulher. Assim, esta investigação tem como problema de pesquisa saber: quais são as manifestações de violência expressas pelos homens autores de violência doméstica encaminhados para participação no GR-I desenvolvido pelo Projeto *Casulo*? A pergunta foi formulada, pois defendemos a ideia de que compreender tais manifestações é fundamental para melhor guiar e orientar o processo interventivo educacional, bem como avaliar as suas potencialidades e limites.

Nesse sentido, a atual investigação apresenta como objetivo geral identificar e analisar as manifestações sobre violência doméstica dos homens participantes do GR-I promovido pelo Projeto *Casulo* disparadas durante as atividades desenvolvidas nos encontros. Para isso, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Ler e analisar os registros/memórias¹ produzidos pela equipe executora do Projeto *Casulo* dos 18 encontros do 1º Grupo Reflexivo ;
- Identificar nos registros/memórias as compreensões sobre violência manifestadas pelos participantes ao longo do desenvolvimento do 1º

¹ Importante frisar que as memórias não foram construídas pelos participantes ou são transcrições diretas da fala deles. Os registros são fruto de tudo aquilo que as alunas membros da equipe executora observaram e acreditaram ser relevantes.

Grupo Reflexivo;

- Analisar as compreensões identificadas nas falas e gestos dos homens participantes a fim de avaliar as potencialidades e limites do Grupo Reflexivo no combate à violência contra a mulher.

A estrutura deste trabalho está organizada em oito seções. Na primeira delas, intitulada “Tudo é rio, tudo é voz: os caminhos percorridos que desaguaram na pesquisa”, faço uma breve apresentação de minha trajetória pessoal e acadêmica que culminou no desenvolvimento desta pesquisa, com o intuito de situar o/a leitor/a dos possíveis vieses que perpassam minhas análises. Na seção “Introdução”, é contextualizado brevemente a temática da violência contra a mulher, bem como evidenciar os objetivos e a estrutura desta pesquisa. No tópico “Percurso metodológico” busca-se discorrer a respeito dos métodos e ações por trás da construção do estudo.

Os itens “Ser mulher sob o olhar masculino”, “Rachaduras: o que há por trás da máscara da masculinidade?” e “Núcleo familiar: um projeto defeituoso do patriarcado” são o cerne da pesquisa, pois surgiram a partir dos comentários proferidos pelos participantes do projeto e em cada um deles procuramos discorrer como a visão daqueles homens é o reflexo da estrutura social hegemônica e como os grupos reflexivos podem contribuir para a mudança de mentalidade.

Por fim, temos as considerações finais, na qual faço um apanhado geral dos resultados e informações trabalhadas ao longo do escrito. E, em seguida, as referências, indicam as fontes citadas ao longo da investigação.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção traça-se uma linha detalhando todos os elementos que foram essenciais para que o presente trabalho ganhasse vida. O relato inicia-se com a descrição do desejo de sistematizar os conhecimentos obtidos durante o desenrolar da primeira versão do Projeto *Casulo*, passa pelo projeto de pesquisa que preparou o terreno para que a investigação atual nascesse, além de descrever minhas ações como aluna participante da equipe executora do GR-I. Finaliza-se, esmiuçando o campo de estudo, a natureza, o tipo e o método investigativo em que o estudo se assenta; tudo isso arrematado pela explicação de como se deu a criação dos grandes temas que nortearam as discussões do estudo e as dificuldades encontradas e resolvidas coletivamente.

3.1 Onde tudo começou...

Esta pesquisa surge com base nas experiências obtidas através do “Projeto Casulo: Grupo Reflexivo em medidas e penas alternativas”, do qual faço parte desde o ano de 2023. O projeto é coordenado pela prof^a. Dr^a. Aline Campos e pelo prof. Dr. Thiago de Melo Barbosa, orientadores desta pesquisa.

Apresentando um caráter extensionista, o Projeto *Casulo* trabalha com homens autores de violência contra a mulher, sendo o seu objetivo viabilizar ações alternativas de natureza educacional que permitam o cumprimento de penas de modo mais efetivo, visando, com isso, o rompimento de ciclos de violências domésticas, por meio de reflexões e diálogos derivados de dinâmicas e leituras coletivas de obras literárias. Na primeira, segunda e terceira versão do projeto, a obra literária trabalhada foi: *Tudo é Rio*, de Carla Madeira.

A escolha do romance citado, baseou-se em uma série de fatores, como: ter sido escrito por uma mulher e apresentar uma escrita acessível e objetiva, o que proporciona uma leitura rápida e fluida. Além disso, e de forma crucial, a trama aborda a violência doméstica e retrata a figura feminina como ser complexo, plenamente humano com todas as suas incertezas e contradições, dores e amores.

A possibilidade de utilizar recursos literários para mediar a responsabilização dos autores de violência conecta-se à essência da criação dos Grupos Reflexivos, pois o foco deles é a conscientização dos homens por meio do diálogo e reflexão. De modo a literatura transforma-se numa ferramenta pedagógica que auxilia na

concretização desse princípio, já que fomenta o diálogo ao se tornar um ponto de partida neutro para a reflexão.

Os Grupos Reflexivos surgem das reivindicações feministas que lutavam por ações legais que resultassem na desnaturalização da violência contra a mulher. Internacionalmente, eles nascem por volta das décadas de 70/80 nos Estados Unidos, chegando ao Canadá e expandindo-se para a Europa, América Latina e depois África. No contexto brasileiro os primeiros grupos reflexivos começam a ser implementados por volta dos anos 1990 e 2000. Ou seja, são anteriores à Lei Maria da Penha e, na época, estavam sendo desenvolvidos majoritariamente por organizações do terceiro setor e poder judiciário (Prates e Andrade, 2013; Lopes e Leite, 2013; Soares e Gonçalves, 2020; Scott e Oliveira, 2021).

Soares e Gonçalves (2020, p.76) evidenciam que entre os anos de 1980 e 1990 os movimentos feministas brasileiros conseguem incluir “na agenda das políticas públicas, da legislação e da produção acadêmica” a questão sobre a violência doméstica ser algo inadmissível e injusto. Ao mesmo tempo,

Na legislação internacional, por força desses movimentos, as mulheres passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, em especial no que diz respeito ao direito à vida sem violência. No ano de 1975, proclamado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, foi realizada no México a I Conferência Mundial sobre a Mulher, da qual resultou a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW², aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1979. Esse foi o primeiro instrumento internacional de direitos humanos especificamente voltado para a proteção das mulheres (Soares e Gonçalves, 2020, p.76)

Mais tarde, em 1992, a violência de gênero foi adicionada pela CEDAW. Um ano depois, durante a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos da ONU desenvolvida em Viena, explicitou-se que “a violência contra mulheres e meninas constitui violação dos direitos humanos e deve ser erradicada” (Soares e Gonçalves, 2020, p.76). A Convenção de Belém do Pará de 1994

retoma a violência de gênero como violação dos direitos humanos. Tendo ratificado todos esses tratados internacionais, o Brasil assume compromissos na promoção e defesa dos direitos humanos das

² A sigla vem do inglês Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women (Soares e Gonçalves, 2020, p.76).

mulheres. As Conferências de Cairo e Beijing enfatizaram a importância da inclusão da população masculina como alvo de políticas públicas para a promoção da equidade de gênero. (Soares e Gonçalves, 2020, p.76)

Por influência de todas as medidas tomadas em prol do combate à violência feminina, no final de 1990 no Brasil, a participação em grupos reflexivos começou a ser proposta com base na Lei 9.099/95 conhecida como Lei dos Crimes de Menor Potencial Ofensivo que, como seu próprio nome esclarece, tinha por intuito lidar com casos de menor grau ofensivo, por exemplo, lesão corporal leve ou ameaças (Lopes e Leite, 2013; Soares e Gonçalves, 2020). A ideia central da lei era tentar resolver os casos sem que houvesse a abertura de uma ação penal. O cerne da questão é que grande parte dos casos recebidos eram de violência doméstica, no entanto, a maioria dos processos finalizavam na primeira audiência, já que os responsáveis pela mediação convenciam as vítimas a desistir das denúncias (Soares e Gonçalves, 2020).

Nesse contexto dos anos 90, os grupos reflexivos surgem com a finalidade de “realização de atividades educativas e pedagógicas [que contribuam] para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização pela violência cometida” (Brasil, 2011, p.66). O primeiro programa específico surgiu em

1999, no Instituto NOOS; em seguida foi estabelecido o programa municipal da prefeitura de Blumenau, SC, o qual iniciou suas intervenções com homens no ano de 2004; posteriormente, foi a vez do Programa Albam, do Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social, de Belo Horizonte, MG, com intervenções a partir de 2005 (Scott e Oliveira, 2021, p.04)

Contudo, ainda de acordo com os autores, baseados em pesquisas realizadas por Beiras et. al. (2019) “a maioria dos programas surgidos no Brasil iniciou-se entre os anos de 2003 e 2011, com um número bastante expressivo de programas iniciados a partir de 2012”. Isto é, 6 anos após a criação da Lei Maria da Penha, que segundo Prates e Andrade (2013, p.01), se configurou como um importante meio de consolidação dos grupos reflexivos, definindo-os como ações voltadas para o trabalho com homens autores de violência contra a mulher, os incorporando como medidas judiciais.

Importante esclarecer que as atividades realizadas dentro dos grupos reflexivos só serão eficazes se houver o estabelecimento de um ambiente harmonioso, interativo, dialógico e acolhedor, facilitando a troca de experiências e vivências, mas principalmente possibilitando a transformação de mentalidades e comportamentos (Scott; Oliveira, 2021).

Salienta-se que não existe uma organização ou metodologia fixa que embasa os grupos reflexivos, o que há são modelos e orientações gerais, e os indivíduos responsáveis por coordenar os grupos optam por utilizar aquele que melhor se adequa ao perfil dos participantes, ao contexto local e, especialmente, aos objetivos pretendidos com o processo educativo. Levando em consideração a forma como Projeto *Casulo* se organiza e é conduzido, é correto afirmar que ele sustenta-se na dimensão

psicoeducativo pró-feminista [que] considera o problema da violência de gênero como proveniente das relações de poder e de controle dos homens sobre as mulheres. Por ter um viés educativo, ressalta a importância da desnaturalização de certos comportamentos, diferenciando-os do que é culturalmente produzido (Scott; Oliveira, 2021, p.05-06).

Alinha-se também aos princípios da *Educação Popular* – especialmente dos pensamentos freirianos organizados a partir dos anos 60 em conjunto com os movimentos da sociedade civil que buscavam romper com a educação administrada pelas classes dominantes que promovem um ensino excludente e desigual, voltado unicamente para a produção de uma massa semi-analfabeta de trabalhadores. Por isso, a Educação Popular carrega em seu âmago a valorização da cultura popular e um projeto de transformação social, buscando a criação de um processo de ensino-aprendizagem mais flexível, construído por meio da interação ativa entre os sujeitos, valorizando sempre os saberes que cada indivíduo carrega consigo (Brandão, 2006).

Nessa educação, as pessoas são vistas como oprimidas e exploradas (não como carentes precisando de ajuda, como o pensamento tradicional prega) necessitando desenvolver consciência para poder mudar e transformar a situação na qual se encontram. Tornando-se, assim, capazes de olhar o mundo de forma crítica, entendendo as causas de seus problemas sociais e estruturais e se organizando para promover mudanças significativas (Brandão, 2006).

E é nesse cenário que o GR-I insere-se, pois seus coordenadores compreendem que há uma opressão na relação entre homens e mulheres derivada do sistema social vigente, que precisa ser revisto e alterado, porém, esse entendimento somente pode ser alcançado pelos participantes a partir do diálogo e reflexão construídos por intermédio de uma relação horizontal entre os membros da equipe executora e os homens que cumprem suas penas nos grupos reflexivos . Evidencia-se que as informações abordadas nos encontros são frutos de estudos teóricos, contudo, atrelado a saberes e situações presentes na realidade concreta dos participantes que acabam sendo manifestas por eles durante as conversas estabelecidas no grupo, compactuando com aquilo que Brandão (2006, p. 55) relata ao afirmar que:

Ao existir dentro e além de situações formais de ensinar-e-aprender [...] a educação popular é uma entre outras práticas sociais cuja especificidade é lidar com o **saber**, com o **conhecimento**. Com relações de intercâmbio de saberes entre educadores eruditos e sujeitos populares, não através do “saber em si”, mas através da prática de classe que o torna, finalmente, mais do que um **saber necessário**, aquilo a que pode ser dado o nome de um **saber orgânico**.

Vinculado à educação popular, o modelo de extensão escolhido como sustentáculo para o projeto é o da *Extensão Popular*, que surge através de movimentos estudantis universitários (em constante contato com as camadas populares) na intenção de combater o pensamento elitista, mergulhado nos preceitos capitalistas que defendem haver um único tipo de saber válido: o científico, produzido nos ambientes acadêmicos, formando profissionais e elaborando tecnologias no intuito de alimentar o mercado e concentrar cada vez mais o poder nas mão de poucos (Prado et al, 2017). Ou seja, esses indivíduos enxergavam a potencialidade e a validade dos saberes empíricos, percebendo que se houvesse o entrelaçamento entre conhecimentos científicos e populares, juntamente com a democratização do acesso e produção de novos saber junto com as camadas excluídas, conseguiram transformar a realidade, tornando-a mais justa e igualitária.

Desse modo, podemos entender a extensão popular como um

trabalho social, que articula as ações de ensino e pesquisa por meio da realidade percebida graças à inserção ativa propiciada pela

Extensão. [...] está direcionado à busca incessante por justiça, igualdade e emancipação humana, de maneira solidária, libertária e amorosa (Cruz, 2017, p.64-65).

Partindo dessa experiência extensionista, a atenção desta investigação está concentrada nas ações da primeira versão do grupo reflexivo conduzido pelo Projeto *Casulo*, que contou com a participação de 11 homens, sendo desenvolvido durante os meses de outubro e novembro de 2023. Ao todo foram 18 encontros distribuídos em dois dias na semana, com duração de duas horas (das 19h às 21h) cada. Vale mencionar brevemente - uma vez que a colega Ana Carolina Barbosa fez o aprofundamento em sua pesquisa intitulada: Análise do perfil socioeconômico e infracional dos homens participantes do 1º grupo reflexivo conduzido pelo Projeto *Casulo* - que o perfil socioeconômico da maioria dos participantes da primeira versão do projeto era marcado por baixa condição socioeconômica e baixo grau de escolaridade. A maior parte deles eram negros, sendo que apenas um dos participantes apresentava um nível econômico e social mais elevado, caracterizando-se como empresário e de cor branca.

É importante situar que este estudo integra uma pesquisa maior, considerada “guarda-chuva”, intitulada “Violência Doméstica à luz do perfil e vozes de homens participantes de um grupo reflexivo”, e da qual fazem parte outras duas investigações de iniciação científica que estão sendo desenvolvidas em paralelo a essa, onde a colega Jayne Miranda, pertencente do curso de pedagogia, está analisando as entrevistas que são aplicadas no início e final do projeto na intenção de observar quais as mudanças no discurso dos participantes em relação à violência contra a mulher, antes e no término de sua passagem pelo casulo. A segunda aluna Ana Carolina Barbosa, por fazer parte do curso de direito, ficou com a responsabilidade de analisar o perfil socioeconômico, bem como os processos criminais de cada autor de violência doméstica.

Ressalta-se que as pesquisas citadas foram viabilizadas pela submissão do projeto de pesquisa denominado de “Projeto *Casulo* e Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra mulheres: o que pode o diálogo mediado por obras literárias?” ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFNT, sob a coordenação dos professores Aline Campo e Thiago Melo, cuja intenção é averiguar de que forma as ações do Grupo Reflexivo contribuem para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Um dos pontos chave do Projeto *Casulo* é que todos os membros, em especial seus idealizadores, trabalham movidos pela ideia de que a literatura é uma fonte inesgotável de aprendizado e reflexão. Além de estarem de acordo com Candido (1995), que reflete sobre o direito à literatura ao afirmar que ela deveria ser um *bem incompreensível*, não podendo ser negada a ninguém, traduzindo-se em algo tão necessário quanto alimentos, roupas, calçados etc. De acordo com o autor, a ficção é algo que está presente na vida do ser humano, sendo impossível passarmos longas horas sem devanear por alguns instantes e, exatamente por isso, defende que ela não pode ser negada a ninguém, devendo ser compreendida como um Direito Humano.

Em sua visão, por meio da literatura ficcional os sujeitos se humanizam, pois ela age no subconsciente individual, auxiliando na organização da mente e sentimentos, o que, conseqüentemente, afeta o modo como enxergamos a realidade concreta. Seguindo esse raciocínio, não democratizar o seu acesso equivale à execução de um crime, só que no âmbito intelectual.

Tendo em vista que os sentidos da obra literária são obtidos através de uma relação comunicacional dialética entre leitor e texto, tornam-se uma significativa ferramenta para entendermos de forma mais profunda e crítica à realidade na qual estamos inseridos. Em outras palavras, a literatura nos oferece os alicerces para discutir a violência de gênero, já que pode ser compreendida como um

Importante meio onde circulam ideias e discursos, a literatura é um terreno fértil para refletirmos sobre as bases [da] violência, assim como um importante instrumento para a educação e formação de cidadãos e cidadãs mais preparados para viver embaixo um mundo menos desigual (Dutra, 2019, p.13).

Devido à essa centralidade do Projeto *Casulo* na potencialidade da leitura literária como elemento fundamental de humanização e reflexão sobre si e o mundo, realizamos uma investigação anterior, também associada ao PIBIC, só que atrelada ao projeto “Correntes da Dor: leituras da violência contra a mulher a partir de *Tudo é Rio*, de Carla Madeira”, coordenado pelo prof. Dr. Thiago de Melo Barbosa, no qual nos propusemos a observar como o livro *Tudo é Rio* estava sendo recebido pelos leitores em geral.

Para um melhor entendimento da temática desenvolvida em ambas as investigações, cabe um breve resumo da história. De maneira geral, o foco do livro

gira em torno das personagens Dalva, Venâncio e Lucy. Dalva e Venâncio se conheceram ainda na infância, mas foi somente no fim da adolescência que eles se aproximaram e começaram a se relacionar amorosamente. Lucy, órfã de pai e mãe, após ser pega pela tia tendo relações sexuais com o tio é expulsa de casa e se muda para um prostíbulo, se tornando a prostituta mais desejada do local. Durante um ataque de ciúmes, Venâncio toma à força seu filho recém-nascido dos braços de sua esposa e o joga longe, em seguida espanca Dalva.

Após o brutal ato de violência, Dalva se torna uma criatura desprovida de qualquer alegria e esperanças. Apesar de continuar morando na mesma casa que o marido, corta qualquer tipo de contato com ele, nem sequer consegue olhá-lo no rosto. Por sua vez, Venâncio cheio de culpa e remorso passa a frequentar a Zona (exatamente o local em que Lucy trabalha) para satisfazer suas necessidades sexuais, mas principalmente para fugir (anestesiá-la) a angústia que estava sentindo.

Em certo momento, quando Lucy se insinua para Venâncio, ele acaba por rejeitá-la e, a partir dessa negação, a puta mais cobiçada se vê determinada a levá-lo para cama, custe o que custar. Daí em diante, forma-se o triângulo amoroso e a história se desenrola evidenciando como cada personagem traça sua trajetória a partir dos desejos que lhe movem, das escolhas que fazem e das consequências de suas ações. Convida-nos, assim, a refletir sobre diversos aspectos relacionados à violência doméstica, tais como desigualdade de gênero, família, masculinidade tóxica, machismo, etc.

Para a tecitura da investigação sobre a recepção da obra *Tudo é Rio*, utilizamos três veículos diferentes:

1. Vídeio-resenhas produzidas pelos *booktubers*.
2. Análises críticas realizadas por especialistas em artigos, revistas etc.
3. Comentários registrados no aplicativo *skoob* (rede social voltada para leitores).

À medida que os dados foram sendo reunidos, percebemos que havia pouco material produzido pela crítica especializada, por isso, optamos por fixar a atenção nas resenhas elaboradas e postadas nas plataformas *youtube* e *skoob*. O público alvo eram as leitoras mulheres, contudo, a verificação também incluiu materiais elaborados pelo público masculino.

Ao final da investigação sobre a recepção da obra *Tudo é Rio* constatamos que mesmo a maioria dos leitores serem constituídos por mulheres, houve a

omissão da discussão a respeito da violência doméstica no romance. Sem mencionar que a perspectiva do público limita-se a uma tentativa de definir se a narrativa da Carla Madeira *edifica* ou *desvirtua* o leitor, o que reduz bastante a verdadeira essência do texto ficcional que pode ser concebido como um campo de batalha, onde constantemente há o embate de ideias e experiências. E é nesse confronto entre os conhecimentos que os saberes são construídos, desconstruídos e ampliados.

A elaboração do primeiro projeto de pesquisa contribuiu significativamente para a construção deste estudo, à medida que ambos se propõem a investigar a receptividade dos sujeitos diante de um mesmo texto literário. O que difere as duas análises reside no público observado: enquanto a pesquisa anterior procurava estudar a recepção feminina da obra *Tudo é Rio*, o presente trabalho concentra-se nos discursos produzidos pelos homens participantes do grupo reflexivo. Isto é, a primeira análise proporciona as ferramentas necessárias para se entender como os sentidos são elaborados a partir da leitura, tornando-me mais apta para analisar os comentários dos homens autores de violência.

Acrescenta-se a esse cenário a perpetuação da visão de que a literatura não se limita ao entretenimento, evocando afetos, memórias, traumas e reflexões profundas. Carregando essa ideia, ao direcionarmos a atenção para a recepção da obra pelos homens participantes do grupo reflexivo, percebemos por meio de suas falas como esses homens se enxergam (ou não) na narrativa, qual o entendimento que eles têm sobre violência, até que ponto naturalizam, justificam ou a negam.

Por fim, evidencia-se que as experiências vividas no Projeto *Casulo* estão sendo sistematizadas e em breve se tornarão um livro possivelmente denominado de *A Experiência do Projeto Casulo: um guia prático para execução de Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra a mulher*. Interessante salientar que o guia está nascendo a partir de uma ação conjunta entre os membros atuais e passados do projeto, além de outros sujeitos como: o então juiz de Tocantinópolis, o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), Central de Penas e Medidas Alternativas (CEPEMA), o Conselho da Comunidade e Secretaria da Mulher. A obra será subdividida em quatro partes: algumas compreensões iniciais; a práxis casulo; ideias e possibilidades para o guia (parte voltada para o detalhamento das dinâmicas desenvolvidas nos encontros), por último será disponibilizado um momento para falarmos sobre a leitura coletiva da obra literária.

3.2 *Abordagem teórico-metodológica*

A investigação aqui construída pertence ao campo das ciências humanas, que se caracteriza pela busca por “compreender e explicar a realidade social, bem como prever seu funcionamento” (Laville, 1999, p.51), e é de natureza básica, pois busca perceber os vestígios da violência doméstica presentes nas falas dos integrantes do GR-I, contribuindo para a ampliação da temática, mas sem a pretensão de esgotar as discussões ou tentar trazer uma solução para um problema que assola a sociedade há séculos. Classifica-se como pesquisa explicativa, pois está alicerçada no “registro, análise, classificação e interpretação da problemática” (Prodanov; Freitas, 2013, p.54), levando a um aprofundamento da realidade social envolvendo a violência contra a mulher.

Por fazer parte do projeto – participar ativamente das reuniões de estudo e organização dos encontros, além de ser uma das responsáveis em construir os registros – valemo-nos, especialmente, dos princípios teórico-metodológicos da pesquisa participante, que é caracterizada pela “interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas” (Prodanov; Freitas, 2013, p.67), e da pesquisa narrativa, pois nela o investigador procura constatar como os sujeitos constroem suas percepções de mundo por meio de suas experiências compartilhadas. Em geral, esse tipo de análise, segundo Rabelo (2011) citando Bolívar (2002), trabalha com as diferentes narrativas a partir de duas óticas: a subjetividade, que considera o que pertence ao mundo interior dos indivíduos; e o contexto externo, que observa a realidade na qual estão inseridos, levando em consideração as conjunturas históricas, sociais, econômicas e culturais.

Reitera-se que a indagação narrativa apoia-se na experiência, incluindo “os conceitos de Dewey (1938), que é a experiência considerada como fonte de conhecimento” (Mello et al., p.95, 2024). Além de envolver a construção de relacionamento entre pesquisador e pesquisado, “portanto, o diálogo ocupa um espaço central” (Silva-Peña apud Mello et al., p.95, 2024).

Interessante dizer que o estudo também se vale da pesquisa bibliográfica, à medida que recorreremos a vários autores para amparar as informações reunidas e registradas, como também da documental, já que partimos da análise das memórias de cada encontro. Essa modalidade de averiguação ajudou a organizar informações que estão, de certo modo, dispersas e não passaram por nenhum tipo de análise

anterior (Prodanov; Freitas, 2013). Exatamente por esse caráter mais “bruto” que podemos identificar, assim como Prodanov e Freitas (2013) citam Gil (2008), que os materiais estudados pertencem aos documentos de primeira mão.

Tendo em mente tudo o que foi explanado, é adequado afirmar que a abordagem do problema aconteceu a partir do modelo de pesquisa qualitativa, pois mantemos sempre em mente a relação entre a realidade dos sujeitos e o contexto social na qual estão inseridos ao mesmo tempo que os encontros se tornaram fonte direta para a obtenção de informações detalhadas da situação examinada tal como Prodanov e Freitas (2013) elucidam.

3.3 Observação, participação e registro de memórias como fontes de investigação

Ao todo participei de 12 encontros do primeiro GR-I desenvolvido pelo Projeto *Casulo*, incluindo o primeiro, que foi destinado à aplicação do formulário que nos daria um panorama geral a respeito da visão que os participantes carregavam sobre a problemática da violência doméstica antes de adentrarem no projeto.

No geral, temos 18 memórias (todas elas foram analisadas), sendo produzidas majoritariamente por minha colega, Ana Carolina Barbosa, e por mim (na época a terceira aluna ainda não havia se integrado à equipe executora). Tendo em mente a quantidade de registros, chegamos ao total de 115 páginas; quando divididas pelo número de memórias, atingimos uma média de 6,38 páginas por encontro. A produção de tais registros se dava a partir da observação das ações e falas dos homens durante os encontros, as informações eram registradas à mão em um caderno adquirido exclusivamente para essa finalidade. Posteriormente, realizava-se o ordenamento do que havia sido anotado em arquivo em *Word*.

A examinação das memórias ocorreu alicerçada no método de Análise de Conteúdos (melhor abordado no item 3.4). Pelo fato de as anotações terem sido escritas por mais de uma pessoa, auxiliou compreender certas situações de forma mais abrangente, já que apesar de estarmos no mesmo ambiente e presenciarmos os acontecimentos juntas, nosso entendimento a respeito deles em alguns casos poderiam ser diferentes. Além do mais, por intercalarmos nossa ida aos encontros, determinadas ações somente puderam ser visualizadas através dos olhos da minha colega em seu relato dos acontecimentos.

No corpo do texto são apresentados trechos extraídos de cada memória analisada. Em alguns instantes a voz que permeia o destaque é a da narradora

falando sobre o encontro, em outras, são os comentários proferidos pelos participantes que acabaram sendo captados por quem redigiu a memória. Desse modo, as falas dos homens não estão escritas com exatidão, mas espelham a maneira como a redatora as registrou.

Destaca-se que entre os registros um deles está triplicado e dois estão duplicados, isto é, no encontro 2º há memórias escritas tanto pela coordenadora, quanto pela minha colega e por mim; os encontros 12º e 17º contaram com a participação tanto da minha colega quanto a minha, então nós duas escrevemos a respeito dos acontecimentos de ambas às noites. Vale lembrar que o recomendado é que haja intercalação entre os dias que as alunas comparecerão aos encontros, mas em algumas datas nossas presenças se chocam. Geralmente isso pode acontecer no primeiro dia, quando ocorre a aplicação do formulário diagnóstico, no segundo, que marca o início das atividades reflexivas propriamente ditas, e no último, quando organizamos uma pequena comemoração com entrega de certificados de conclusão para cada participante.

Como assinalado acima, os registros estavam sob a responsabilidade das alunas bolsistas, porém, em duas ocasiões as anotações também foram redigidas pela coordenadora Aline Campos, sendo a do segundo encontro, pois ao entrar em contato com nossas memórias percebeu falta de experiência na organização dessa escrita, que precisa ser o mais detalhada possível, optando por produzir um exemplo que serviria de base para a redação dos demais registros. A outra situação que a impeliu a produzir a memória, refere-se ao décimo quinto encontro, desenvolvido no dia 22/11/2023; na época havia chovido bastante e nenhum dos outros membros da equipe organizadora conseguiu se deslocar até à universidade, levando-a a conduzir as atividades da noite sozinha, além de sistematizar os acontecidos posteriormente.

Assim, os registros dos encontros do GR-I nasceram a partir das observações ativas realizadas durante o desenrolar das etapas que compõem as reuniões. Em geral, cada encontro está subdividido em seis momentos:

1. Recepção (boas-vindas);
2. Retomada das reflexões que os homens ficaram de levar para casa e trazer suas considerações no encontro seguinte;
3. Aplicação da dinâmica (atividade prática) que nos auxilia a introduzir a discussão da temática norteadora daquele dia;
4. Leitura compartilhada de alguns capítulos do livro;

5. Disponibilização da reflexão que levarão consigo;

6. Lanche.

Dessa maneira, meu papel (e das outras duas colegas) durante a realização dos encontros se intercala entre observar as interações/diálogos e efetuar anotações que se transformarão nas memórias, participar das dinâmicas, realizar pequenas contribuições durante as reflexões e colaborar com a leitura coletiva da obra literária. Essa participação constante nos auxiliou para uma ampliação da compreensão da violência, especialmente aquela desferida contra a mulher.

Quando falamos em agressão doméstica precisamos entender a complexidade que há por trás desse ato, que não pode ser reduzido a algo isolado, pois a violência contra a mulher é somente uma das várias formas de tentar controlar e subjugar o público feminino, visto que, a sociedade constitui-se ao longo dos séculos sob um sistema patriarcal que, independentemente do sexo, aprisiona todos.

3.4 Procedimentos metodológicos

Este trabalho nasce de um conjunto de ações executadas antes, durante e após a realização dos encontros do GR-I com os homens autores de violência no Projeto *Casulo*.

O primeiro passo empreendido por todos os organizadores é a participação no “Grupo de Estudos em Educação Popular: a problematização do mundo como luta pela libertação (GEPEPro-livre)”, onde nos reunimos uma vez por semana para nos debruçarmos em leituras que ajudam a entender melhor o que seria a violência de gênero e como a organização social vigente auxilia no aumento significativo da repulsa à figura feminina e tudo aquilo que diz respeito a esse universo.

Os estudos desenvolvidos são necessários também para a inserção inicial de novos membros, pois, como lidamos com questões delicadas e o GR-I é composto por sujeitos carregados por perspectivas machistas, durante os encontros é comum nos deparamos com diversas situações e comentários problemáticos (difíceis de se ouvir, especialmente para quem pertence ao público feminino), logo, precisamos estar bem preparadas. Recomenda-se àqueles(as) que desejam somar-se à equipe, familiarizarem-se um pouco mais a respeito da temática ao mesmo tempo em que são instruídos(as) a como agir perante as piadas e comentários de cunho machista, que eventualmente emergem nas conversas

No decorrer da realização do GR-I, as reuniões formativas permanecem acontecendo, porém ganham um novo enfoque, pois passam a ser utilizadas no intuito de debatermos a nossa percepção de como os encontros anteriores transcorreram: quais os pontos que chamaram a atenção, as falas mais críticas, o que deve ser melhorado ou mantido, os potenciais assuntos a serem abordados nos dias subsequentes, e a estruturação dos roteiros dos encontros seguintes.

Vale lembrar que, ao longo dos encontros, recomenda-se que haja pelo menos dois organizadores e uma das três alunas pertencentes à equipe na época, ficando encarregada, principalmente, por redigir os registros da noite. No entanto, seu papel não se limita a isso, já que podem auxiliar na feitura das dinâmicas e contribuir com as reflexões. As anotações posteriormente tornam-se aquilo que denominamos de memórias, sendo elas utilizadas como material para análises futuras, tal como a que aqui estamos desenvolvendo.

Acentua-se que as ponderações registradas no presente escrito tiveram a oportunidade de florescer com maior vigor por terem tido suas raízes adubadas e fortalecidas pelos conhecimentos obtidos a partir da elaboração de uma primeira pesquisa (citada no tópico 3.1). Nela o alvo de análise era como a violência doméstica presente em *Tudo é Rio* estava sendo entendida pelos leitores em geral. Desse modo, a perspectiva que embasou as apurações dos materiais selecionados foi a teoria da Estética da Recepção, cujo principal criador foi o alemão Hans Robert Jauss, que propôs deslocar o objeto de análise das teorias literárias (que até então fixavam-se no próprio texto) para o leitor. De acordo com Bonnici e Zolin (2009), Jauss entendia a comunicação como elemento intrínseco da literatura, portanto, o escrito não pode falar por si próprio, havendo a necessidade de um sujeito leitor para que os significados ganhem vida.

Através dos diálogos iniciais, a coordenadora e orientadora Aline Campos propôs que os dados contidos nas memórias do encontros do GR-I fossem organizados utilizando o método de Análise de Conteúdos criado pela professora Laurence Bardin, que pode ser entendido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, p.48, 2011)

Em outras palavras, busca-se entender aquilo que está além da superfície do que é dito, não se contentando em apenas descrever, mas apreender os significados ocultos, as intenções e ideias não explicitadas. Em termos gerais, o método está dividido em quatro etapas:

1. Leitura atenta do material (no caso, os registros dos encontros);
2. Codificação: destacar as ideias ou palavras principais;
3. Categorização: agrupar ideias semelhantes em categorias mais amplas;
4. Interpretação: discorrer sobre as observações realizadas.

Destaca-se que a etapa de organização resultou em um quadro composto por: grandes temas, categorias, agrupamentos (onde estarão focalizadas as discussões construídas no trabalho) e unidades de sentido, ou seja, as frases proferidas pelos participantes. Cientes que essa parte é composta por um número extenso de trechos, optou-se por, ao longo do trabalho, inserir apenas aqueles mais representativos, ajudando na contextualização do que está sendo analisado.

Para concluir, seria mentira se alegasse que o processo de categorização foi algo fácil de se efetuar; era uma metodologia inédita e as dificuldades surgiram, mas nada que fosse impossível de ser superado, especialmente com o auxílio da professora orientadora e as trocas entre as outras duas colegas de pesquisa.

As primeiras tentativas, referente à leitura atenta do material e à posterior codificação, foram demoradas. Isso se deveu tanto pela quantidade de registros que precisavam ser revisados quanto pelas incertezas em relação ao que deveria ser destacado: se realmente estava conseguindo visualizar o texto para além da sua superfície, interpretando as camadas mais profundas ou apenas reproduzindo sua leitura literal.

Entretanto, a elaboração das categorias tornou-se o elemento mais desafiador em razão das unidades de sentido (os trechos destacados) que permitiam múltiplas interpretações, abrindo margem para diferentes possibilidades de categorização. E, estruturalmente, a Análise de Conteúdo delimita que os agrupamentos devam ser regidos por uma única categoria, o que demandou

bastante esforço de delimitação e síntese. Em seguida, passamos para a criação dos grandes temas que abarcariam as categorias menores, anteriormente elaboradas. Nessa etapa a complicação maior foi a definição dos títulos para cada tema, pois precisavam sintetizar o conjunto de ideias mobilizadas pelas categorias que os compõem.

Ao longo da análise das tabelas “finais”, nos defrontamos com mais um infortúnio: não estava conseguindo produzir o texto seguindo a divisão isolada das categorias como originalmente pensamos em fazer, de modo que nos vimos obrigadas a modificar a estrutura feita em um primeiro momento, inserindo imagens que transmitisse o modo como o escrito estava sendo construído – de forma mais fluida e não linear como a primeira organização demandava.

Considerando a forma integrada como as categorias e os agrupamentos foram abordados ao longo do corpo do texto, optou-se por destacá-las através de sublinhados. Este procedimento visa facilitar a visualização das categorias e agrupamentos à medida que são debatidos.

Em suma, durante o percurso de construção das categorizações houveram instantes de preocupação e dúvida. Nessas ocasiões a produção coletiva mostrou-se essencial, pois dialogar com as colegas possibilitou esclarecimentos, ajustes e a constatação de que compartilhávamos dificuldades semelhantes, influenciando a buscarmos ajuda da orientadora que sempre se mostrou bastante solícita e paciente ao nos ouvir e propor caminhos para sanar nossas lacunas de entendimento.

Após todos esses esforços, chegou-se a seguinte sistematização:

Quadro 1 - Estrutura geral dos grandes temas e categorias de análise.

GRANDES TEMAS	CATEGORIAS
COMPREENSÃO MASCULINA SOBRE MULHER	Inferiorização
	Bem/posse
	Visão binária
SER HOMEM	Violência
	Dor
	Desafios e fragilidade

	Não responsabilização
OLHAR PARA A FAMÍLIA	Trama familiar
	Polarização da visão
	Hierarquização da relação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os três grandes temas aludem às principais dimensões que se vinculam à construção e manifestação da violência de gênero no grupo de homens estudados. O primeiro deles reúne compreensões de como estes homens, inseridos em uma sociedade ocidental patriarcal e machista, veem as mulheres. O segundo coloca luz a como eles enxergam a si mesmos e seus “iguais”, bem como a experiência de ser homem. Por fim, o terceiro grande tema, evidencia a interface dessas compreensões de gênero a partir da concepção e experiências pessoais de relação com a família.

Nas seções seguintes, cada uma dessas dimensões será analisada e discutida a partir das categorias que elas reúnem. Importa explicar que os grandes temas emergiram do processo de categorização das análises. Podendo ser compreendidos como os responsáveis por revelar os principais discursos ou tendências presentes no objeto observado, facilitando na visualização mais geral do que está sendo discutido. Desse modo, tendo em mente o objetivo da pesquisa, extraiu-se do material estudado as unidades de sentido (as falas proferidas pelos participantes). Cada uma delas foi reunida em agrupamentos (subgrupos) que ajudam na identificação de semelhanças e conexões não óbvias entre os comentários dos homens autores de violência. Dessa organização surgem as categorias, que são os rótulos ou “recipientes” responsáveis por conter as informações que compartilham ideias comuns.

Cada grande tema é analisado em uma seção específica, na qual as categorias são analisadas de forma integrada a partir das concepções que elas mobilizam. Importante lembrar que as concepções mobilizadas foram destacadas com um sublinhado na intenção de facilitar sua identificação ao longo do texto.

4. SER MULHER SOB OLHAR DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Um dos primeiros elementos que devemos estar cientes ao abordar aquilo que define o que é ser homem ou mulher, é que ambos os termos não passam de construções sociais e históricas, por isso que ao analisarmos o *olhar masculino a respeito da figura feminina*, logo de início verificamos as manchas deixadas pelos ideais patriarcais que auxiliaram na definição – questionável – dessas duas palavras.

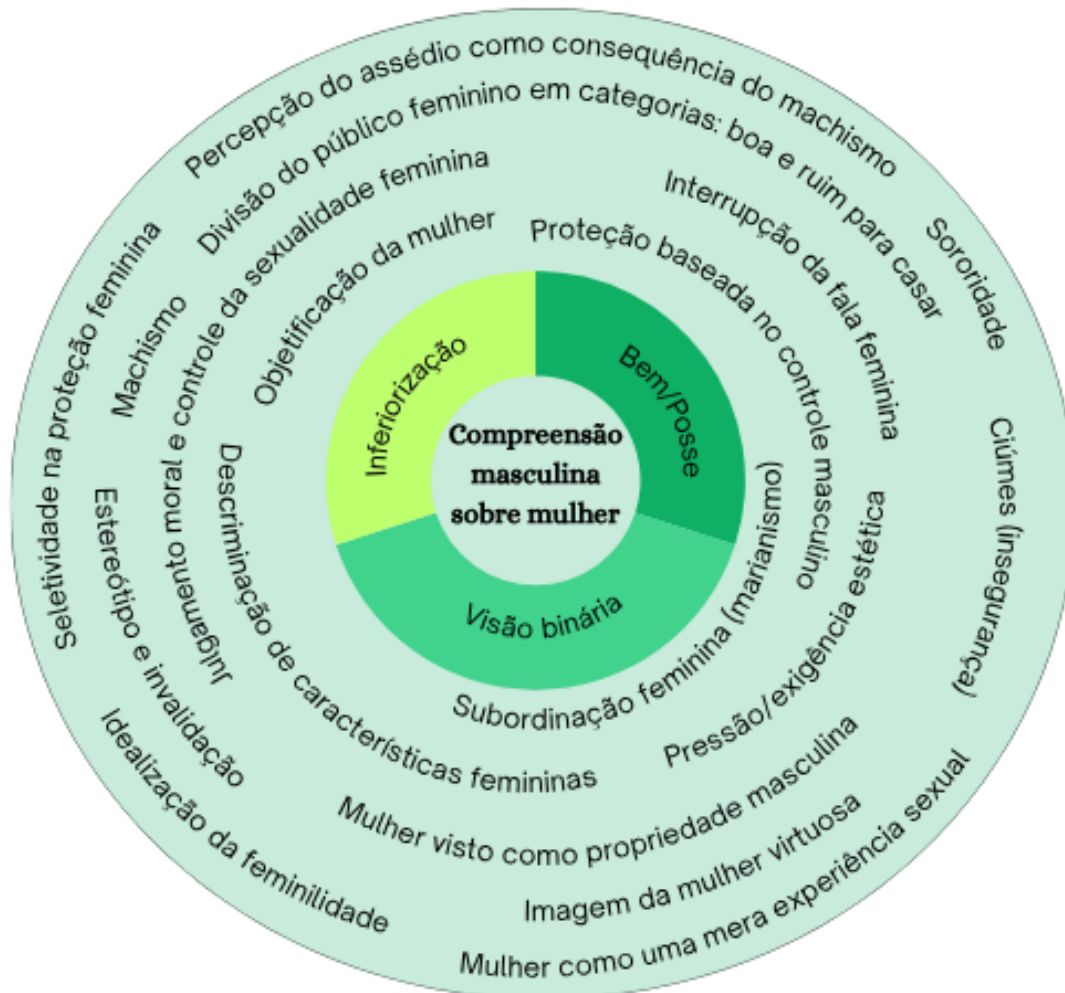
Este primeiro grande tema de análise, denominado “Compreensão masculina sobre mulher” reúne três categorias de análise que permitiram investigar como os participantes do Projeto *Casulo* significam o conceito de mulher a partir de suas experiências e aprendizagens.

Segundo Zanello (2022), um bebê torna-se humanizado quando inserido em uma cultura por outro ser humano adulto que também passou por esse mergulho sociocultural anteriormente. Sob essa ótica, os indivíduos constituem-se com base na realidade que são socializados desde tenra idade, de modo que o contexto sócio-interacional apresenta um papel fundamental naquilo que acreditam ser a definição e diferenciação entre masculino e feminino. Por essa razão a opinião dos autores de violência acerca da figura feminina são controversas, já que estão embasados na compreensão patriarcal que molda toda a estrutura da sociedade.

A imagem abaixo, sintetiza as análises referentes a esse grande tema, nos permitindo vislumbrar essas ambiguidades e contradições, assim como uma íntima associação com diversos debates e questões relacionados aos estudos sobre gênero.

Figura 1 - A mulher na visão masculina dos participantes do Projeto Casulo

Concepções Mobilizadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2025).

As três categorias de análise estão intimamente relacionadas e expressam concepções de mundo moldadas na lógica do patriarcado e machismo, que separa e distingue homens e mulheres estabelecendo uma relação hierárquica na qual as mulheres são apresentadas como inferiores. Dessa inferioridade, desprende-se a concepção da mulher como objeto, assim como de submissão, que faz com que estas sejam consideradas bens de consumo ao qual os homens têm poder e direito para dominar. No entanto, tais compreensões não estão livres de contradições, fazendo emergir visões binárias do público masculino em relação ao feminino, de modo que as categorias estão em permanente diálogo, interligando-se para formar uma cultura que molda nossa visão de mundo e se renova continuamente.

Conforme Saffioti (1987, p.15, grifo do autor) “*a inferioridade feminina é exclusivamente social*”, principalmente levando em consideração que não existem bases científicas que comprovem a afirmação de que as mulheres são inferiores aos homens. Entretanto, Zanello (2022, p. 22) esclarece que com a consolidação do capitalismo surgiu a possibilidade – mesmo que mínima – de mobilidade social “para todos, e não para todas”. Ainda segundo a estudiosa, esse modelo econômico fez com que houvesse uma diferenciação acentuada entre o “âmbito público e privado” (Zanello, 2022, p. 22). Essa distinção se intensificou a ponto de tornar-se naturalizada, quando ganhou destaque as discussões referentes às diferenças físicas e sexuais. Isto é, as dissemelhanças corporais foram utilizadas para justificar as desigualdades sociais.

A argumentação disseminada girava em torno da ideia de que

Às mulheres, pelo fato de terem útero e potencialmente serem mães, foi ligado o âmbito doméstico: elas seriam “naturalmente” cuidadoras de seus filhos, mas também da casa e de outras pessoas. Os homens foram ligados ao âmbito público, sendo considerado trabalho os ofícios que eles aí exerciam, supostamente implicando “esforço” por parte deles, o que seria digno de reconhecimento e remuneração (Zanello, 2022, p. 23).

Por causa dessa mentalidade nos deparamos em vários momentos, durante os encontros do grupo reflexivo, com frases altamente machistas do tipo: “A mulher tem que respeitar e ser submissa ao homem, a família, os outros. Tem que ser comportada, cuidar da casa e não pode ter uma vida ativa sexualmente, pois é uma atitude ruim.” (Ana Carolina, out. 2023)³⁴

O comentário acima faz alusão ao conceito Marianismo, termo com forte influência religiosa, revelando “o papel da Igreja no adestramento da sexualidade feminina, bem como na circunscrição da mulher à esfera privada do lar” (Barcinski et. al., 2013, p. 90). De acordo com esse termo, as mulheres sendo filhas de Eva – a principal responsável pelo pecado original – deveriam ter seus desejos sexuais contidos e somente “a maternidade lhe traria a possibilidade de salvação; através dela a mulher se afastaria de Eva e se aproximaria de Maria, a mulher concebida sem pecado” (Araújo, 2000 apud Barcinski et. al., 2013, p. 90-91).

³ Os trechos retirados dos registros produzidos pela equipe executora não foram inseridos nas referências por não haver necessidade, pois são produções pessoais, nascidas das próprias experiências e lembranças.

⁴ Trecho extraído da memória do 5º encontro (18/10/2023)

Dessa forma, o marianismo pode ser entendido como uma educação que visa inibir os impulsos sexuais femininos ao mesmo tempo que propaga o respeito pela figura masculina (transformando-se em uma tentativa de “purificar” o feminino, construindo uma imagem de mulher virtuosa, boa para o casamento). De acordo com a definição de Stevens, citada por Farias (1990, p.114), ele “é o culto da superioridade espiritual feminina’, segundo a qual as mulheres seriam semi-divinas, moralmente superiores e espiritualmente mais inferiores que os homens”.

No 2º encontro, quando as atividades da primeira versão do projeto ainda estavam sendo iniciadas, aconteceu uma situação inesperada: um dos participantes adentrou alcoolizado no recinto onde estávamos reunidos de forma abrupta, interrompendo várias vezes a fala da coordenadora Aline. Após alguns instantes tensos, nos quais se tentou convencê-lo a permanecer em silêncio ou a retornar outro dia estando sóbrio, ele insistiu em ficar, justificando seu comportamento ao fato de estar embriagado; finalizou sua fala desconexa, pedindo desculpas “em nome de das mulheres presentes” (Aline, out. 2023)

Essa ocasião nos auxilia a visualizar a ambiguidade presente no processo reflexivo: ao mesmo tempo em que há a reprodução da centralidade masculina, manifestada pela constante interrupção da fala da mulher, responsável por conduzir os diálogos, também sinaliza um primeiro movimento de reconhecimento da conduta inadequada. A suspensão forçada do discurso revela, mesmo que inconscientemente, tanto um poder residual quanto a rebeldia em submeter-se à dinâmica proposta. Ademais, o episódio ilustra os desafios iniciais e próprios do processo de desconstrução.

Quando dirigimos nosso olhar para as falas proferidas pelos participantes, conseguimos encontrar o julgamento moral sobre o erotismo feminino e o desejo de controle do comportamento em vários momentos, porém, destaco dois, sendo o primeiro quando alegam que: “É preferível uma mulher mais reservada, passada por poucas mãos, do que uma ‘fácil demais’. Não importa se a mulher é feia, o que interessa é que não tenha ficado com muitos homens.” (Andressa, out. 2023)⁵

No comentário podemos identificar claramente como há um sentimento de escolha e exigência, como se as mulheres fossem mercadorias que para serem selecionadas devem estar de acordo com uma lista imaginária de características ideais. Esse comportamento é entendido como o ato de objetificação sexual, termo

⁵ Trecho extraído da memória do 2º encontro (04/10/2023)

que será retomado mais adiante.

O segundo refere-se especificamente à crítica em relação aos comportamentos da personagem Lucy, presente no livro *Tudo é Rio*. Resumidamente, ela é uma prostituta que caminha na direção contrária ao habitual, ou seja, fazendo uso das palavras que a autora do romance emprega, ela é uma “puta que gosta de dar” (Madeira, 2021, p.137). Defrontados com essa descrição, evidenciaram que “Ela era vulgar, [...], em tom de grandeza, [um dos homens] revelou que quando jovem era ‘raparigueiro’ e que se preocupava mais com a quantidade do que com a qualidade.” (Andressa, out. 2023)⁶.

No trecho é possível vislumbrar o repúdio às atitudes de Lucy por gostar de fazer sexo e manter vários parceiros sexuais. No entanto, há aprovação e naturalização desse comportamento quando presente em um homem, como se somente eles tivessem a licença para sentir prazer no ato sexual. O mais irônico é que o comentário surge a partir de uma observação – nostálgica – do próprio comportamento. Isso demonstra que não basta contar com a aceitação dos outros, é preciso, antes, sentir orgulho de si mesmo.

É importante lembrar que esse movimento de autovalorização por ter sido um *pegador nato*, deriva do modo como os homens foram socializados, incentivados desde muito cedo a provarem seu *valor* diante de outros homens. Dentre as métricas usadas para qualificá-los como *machos alfa* podemos citar a quantidade de mulheres com as quais já se relacionaram e quão bem posicionadas na *Prateleira do Amor* (Zanello, 2022) elas estão.

A prateleira é o título do livro e uma metáfora elaborada por Valeska Zanello na intenção de facilitar o entendimento de como acontece a subjetivação feminina, noutras palavras: como as mulheres constroem sua identidade e se tornam sujeitos em sociedades patriarcais machistas. De acordo com a autora, a prateleira do amor é um local doloroso para as mulheres estarem, pois as tornam vulneráveis e reféns das escolhas dos homens ao mesmo tempo em que conferem poder a eles. É na necessidade de serem escolhidas que suportam qualquer atitude problemática cometida por seus parceiros, especialmente se levamos em consideração a sociedade em que vivemos, onde estar solteira ou separada é visto como algo ruim; na primeira situação a mulher fracassou por não ser boa (ou bonita) o suficiente para chamar a atenção masculina e, na segunda opção, não foi “capaz de manter um

⁶ Trecho extraído da memória do 4º encontro (11/10/2023)

homem' ou de 'consertá-lo'" (Zanello, 2022, p.47).

Seguindo essa linha de pensamento, Saffioti (1987, p. 35) acentua que “a educação feminina recebe uma boa dose de vitimização. Isto é, a mulher é, muito mais que o homem, socializada para encarnar o papel de vítima”, quase como se elas fossem masoquistas, sentindo prazer em sofrer. Sublinha ainda que a resignação, como componente importante da educação feminina pode ser traduzido como “a aceitação do sofrimento enquanto *destino de mulher*” (1987, p. 35, grifo do autor). Arremata trazendo o exemplo da traição:

Assim, se o companheiro tem aventuras amorosas ou uma relação amorosa estável fora do casamento, cabe à esposa resignar-se. Não deve ela, segundo a ideologia dominante, revidar na mesma moeda. A esposa, na medida em que se mantém fiel ao marido, ainda que este seja infiel, recebe aprovação social (Saffioti, 1987, p. 35).

A prateleira do amor também é um dos locais mais propícios para a objetificação feminina, que “pressupõe a transformação dos outros e das outras em coisas ou pedaços de coisas, estabelecendo uma relação hierárquica, na qual os rapazes devem aprender que estão no nível superior. O principal grupo objetificado sexualmente são as meninas e mulheres” (Zanello, 2022, p. 34). A pessoa é reduzida às suas características físicas e ao prazer sexual que pode proporcionar, tornando-se apenas um fantoche sem vida, usado ao bel-prazer do ventrículo e descartado quando considerado sem serventia.

Frisa-se que essa *coisificação* acontece especialmente com o grupo de mulheres tidas como depravadas, sedutoras; aquelas consideradas ruins para o casamento -, mas potenciais amantes. As mulheres são vistas como uma mera experiência sexual. E essa distinção entre *esposa* e *amante* reforça a lógica dicotômica que a estrutura social vigente impõe, limitando o valor da mulher ao seu papel reprodutivo ou sexual.

Engana-se quem acredita que as amantes sofrem menos que as esposas, pois, como Saffioti (1987, p. 31, grifo do autor) ressaltou, a sociedade definiu que o “*destino de mulher é ser infeliz*”, de modo que ambas são igualmente miseráveis, porque

Submetem-se ao domínio masculino [...] rejeitam-se mutuamente, não são solidárias na desmistificação deste duplo padrão moral (melhor seria chamá-lo de imoral) [...] enquanto “santas” e

“prostitutas” continuarem a representar os papéis que a hipócrita sociedade burguesa lhes atribui, o *status quo*, o estado de coisas presente, encontrará suporte para se manter intacto, incólume, intocável (Saffioti, 1987, p. 32).

Tendo em vista tudo o que foi esclarecido até agora, é interessante dizer que essa constante pressão em ser a selecionada por algum homem, afeta drasticamente a autoestima feminina, que desde novas aprendem que para serem aceitas precisam se enquadrar nos padrões impostos pela sociedade. O grande problema é que os modelos de beleza feminino são extremamente irreais, pois vão ao encontro da estrutura europeia: branca, alta, magra e frágil; todas aquelas que não apresentam minimamente essas características são descartadas quase que automaticamente. Em síntese, há uma exigência estética inalcançável sobre o público feminino.

Como exemplo dessa idealização exacerbada e limitante do que seria a *mulher perfeita*, trago como exemplo a dinâmica “Como eu vejo a mulher?” desenvolvida no 11º encontro realizado no dia 08/11/2023, quando os participantes do projeto elegeram como elementos positivos (desejáveis) e negativos (indesejáveis) nas mulheres.

Quadro 2 - Atributos positivos e negativos das mulheres na visão dos homens participantes do Projeto Casulo

Atributos positivos	Atributos negativos
<ul style="list-style-type: none">● <i>Responsável e Humilde</i>● <i>Inteligente</i>● <i>Respeito</i>● <i>Carinhosa</i>● <i>Super-Mãe</i>● <i>Boa cozinheira</i>● <i>União (unida)</i>● <i>Honesta</i>● <i>Trabalhadora/Guerreira</i>	<ul style="list-style-type: none">● <i>Implicante</i>● <i>Enjoada</i>● <i>Bipolar</i>● <i>Ser desrespeitosa</i>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2025).

Como é possível notar, a idealização da feminilidade impregnada na visão masculina está atrelada a essa imagem de cuidado, proteção e compassividade. Priorizando sempre “desejos, necessidades e anseios dos outros, em detrimento dos próprios” (Zanello, 2022, p.55).

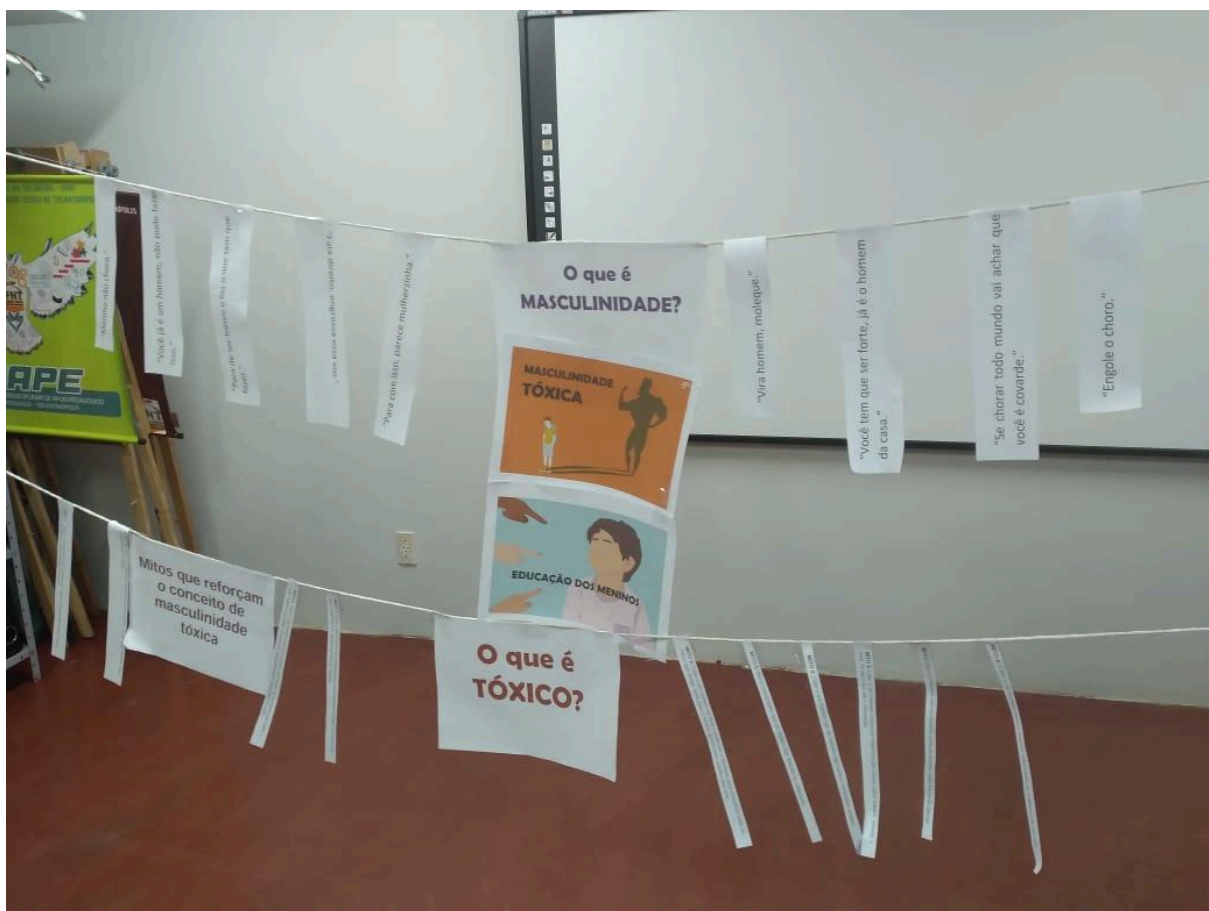
Em contrapartida, tudo aquilo que destoia disso é considerado ruim, além de estar entrelaçado a estereótipos negativos, frequentemente associados ao grupo feminino e encharcados de invalidação.

Compactuando com aquilo que a Saffioti (1987, p. 37 grifo do autor) argumenta,

À mulher impõe-se a necessidade de inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva. Caso ela seja o tipo *mulher despachada*, deve disfarçar esta qualidade, porquanto está característica só é considerada positiva quando presente no homem. *Mulher despachada* corre o risco de ser tomada como *mulher-macho*. Estes modelos - mulher passiva e homem ativo - são chamados de estereótipos. Isto é, uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada urn.

Outro instrumento usado para medir o quanto um indivíduo merece o título de homem com H maiúsculo, do ponto de vista de outros homens mais velhos e respeitados, seria a discriminação (negação) das características femininas, tanto que ao longo do 8º encontro do dia 26/10/2023 enquanto desenvolvíamos a dinâmica “varal das masculinidades”, os participantes dispararam comentários do tipo: “Se o homem é afeminado, gay ou possui gestos, modos de andar e falar que remetem a características femininas, ele perde a sua masculinidade” (Ana Carolina, out. 2023).

Figura 2 - Registro fotográfico de dinâmica realizado no Projeto Casulo sobre masculinidade tóxica



Fonte: Arquivo do Projeto Casulo (2023).

Na visão deles, o homem tem seu próprio jeito de se comportar, colidindo com o que Welzer-Lang (2001, p. 465) demonstrou em seu escrito ao afirmar que a “dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calcem sobre os esquemas ditos normais da virilidade”. Sendo que esses esquemas não passam de um conjunto de comportamentos e expectativas sociais do que seria um *homem normal*. Ainda de acordo com o autor, esse regulamento é composto pelo:

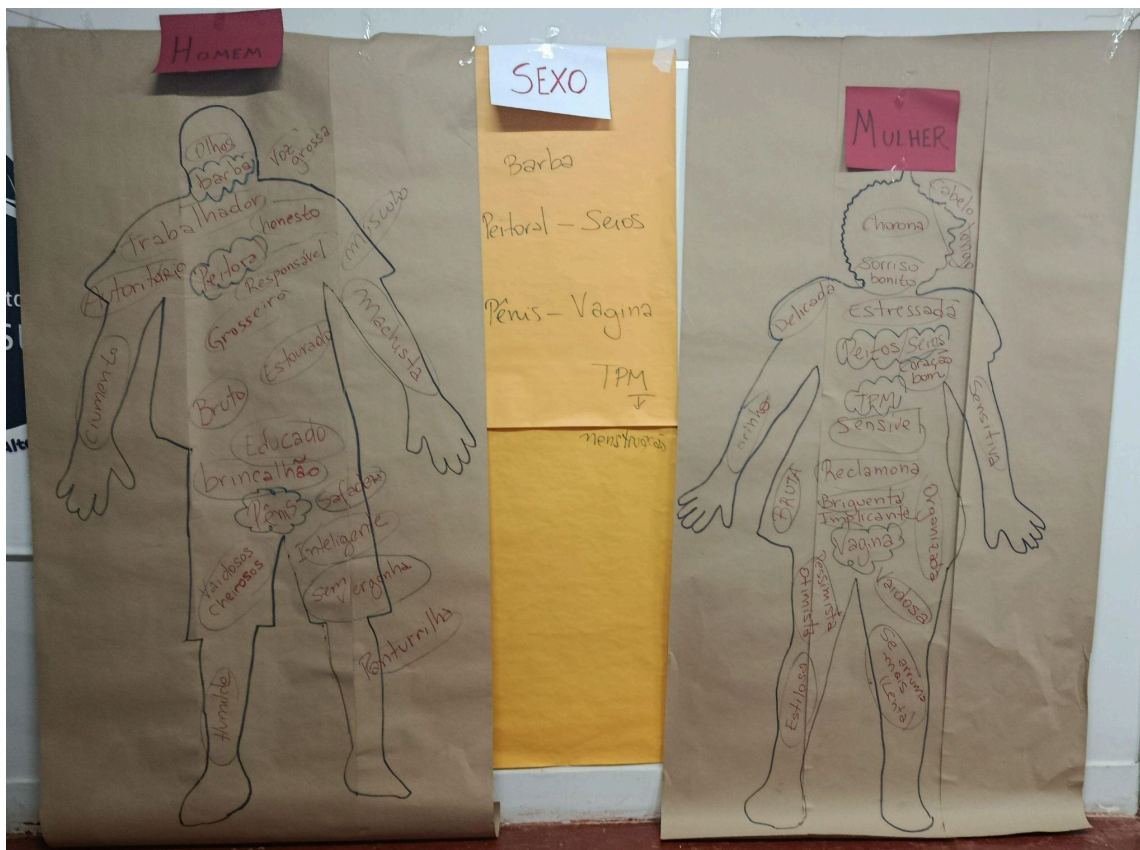
1. **Combate à feminilidade:** para que os homens não sejam associados às mulheres (o polo de rejeição central);
2. **Ser ativo:** aquele que durante a relação sexual penetra o parceiro(a) ao invés de ser penetrado (passivo);
3. **Considerar a heterossexualidade como norma:** as únicas relações aceitáveis são aquelas compostas por um homem e uma mulher;

4. **Aceitar a lei dos mais velhos (experientes) e o sofrimento:** a socialização masculina processa-se através de sofrimentos físicos e psicológicos que devem ser aceitos sem questionamento ou reclamação.
5. **Diferenciar-se dos “não-homens”:** se distanciar daqueles denominados pejorativamente de “veados”, “bichinhas” etc.;
6. **Desejar (esperar) por privilégios:** todos aqueles que decidem se enquadrar nessa estrutura patriarcal, são considerados dominantes e recompensados com certas regalias de gênero, por exemplo, serem considerados superiores às mulheres e homossexuais.

No decorrer do 3º encontro, que ocorreu no dia 10/10/2023, durante a dinâmica “um conceito chamado gênero” – em outra manifestação de machismo –, os participantes se recusaram a elogiar a aparência de outro homem, pois segundo eles isso seria *viadagem*. No meio masculino, pelo menos em grande parte dele, há um consenso de que os membros autodeclarados *machos* não podem apreciar a aparência de seus pares, pois passariam a ser considerados *bichinhas*. Concepção totalmente preconceituosa, mas presente nas falas e compreensões desses homens aqui analisados.

Para uma melhor contextualização, vale breve descrição da dinâmica mencionada acima. Esta, constitui-se na montagem de três colunas de papel coladas na parede, nas quais um quadro com a palavra MULHER é fixado na primeira coluna e insere-se um segundo quadro com a palavra HOMEM na terceira. O intuito é provocar os participantes a falarem sobre o que pensam em relação às mulheres e aos homens. Depois, os papéis são invertidos e os integrantes do grupo falam se aquelas características se aplicam, ou não, a cada um deles. Caso não se apliquem, elas vão para a coluna do meio, onde tem um quadro com a palavra SEXO.

Figura 3 - Registro fotográfico da dinâmica “um conceito chamado gênero” produzido coletivamente durante o encontro do 3º Grupo Reflexivo



Fonte: Arquivo do Projeto Casulo (2025).

Essa mentalidade reafirma a noção de que o homem não pode demonstrar nenhum tipo de ação considerada carinhosa em relação a outros homens, pois logo são classificados como homossexuais. Em um país que apresenta uma das maiores taxas de assassinato a sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, ser denominado como um, transforma-se em algo ofensivo e passível de chacota, obrigando-os a performarem algo que não corresponde à sua subjetividade. Caso algum indivíduo conteste essa atitude preconceituosa, acaba sendo vítima de retaliação. Dessa forma, “a masculinidade hegemônica se constrói, assim, num jogo de subjugação das mulheres, mas também de outros homens” (Zanello, 2022, p. 66).

É a partir dessa dinâmica de subjugação e das contradições da masculinidade, evidenciadas pelas discussões do grupo, que três questões se sobressaíram durante o desenvolvimento da categorização: a primeira foi a resposta deles em uma das dinâmicas, a partir da qual ressaltaram a existência do medo coletivo que as mulheres carregam em serem assediadas – ligando-se à percepção

do assédio como consequência do machismo – uma vez que esse ato é gerado pelos homens que objetificam a figura feminina. Na segunda, defendem que

[...] as mulheres deveriam temer os homens, pois nunca se pode prever suas atitudes. Quando questionados sobre o motivo de os homens não terem medo de ficarem próximos a outros homens, eles hesitaram um pouco antes de responder, mas por fim afirmaram que, se algo acontecesse, seriam capazes de se defender, ao passo que as mulheres, por serem mais fracas, não teriam essa habilidade. (Andressa, out. 2023)⁷

Ambas as reflexões revelam que, em certa medida, estão conscientes dos comportamentos questionáveis dos homens em relação às mulheres, apontado que o receio feminino diante das possíveis atitudes violentas do público masculino não é exagero ou paranóia. Contudo, naturalizam a violência, no mesmo instante em que manifestam uma visão machista, ao defenderem que as mulheres estão corretas em *temer os homens*, pois seriam mais fracas, isto é, sem capacidades físicas de defesa.

Acrescenta-se a isso a noção de que eles mesmos se reconhecem como potenciais agressores, entretanto, negam-se a se sentirem ameaçados por seus pares, já que, em suas perspectivas, teriam condições para revidar qualquer tentativa de agressão. Olhando o panorama que se descortina, ao mesmo tempo que aparenta-se estar surgindo uma nova mentalidade, eles recaem para os velhos princípios machistas.

Em meio a esse cenário contraditório, seria correto afirmar que o grupo reflexivo abre espaço para questionarmos a naturalização da violência, promovendo rupturas, mesmo que parciais, da lógica da negação dos atos agressivos, possibilitando que os participantes ouçam e reflitam sobre a problemática, criando, assim, certa responsabilização ética. Contudo, mesmo em um local que tenta desconstruir determinadas mentalidades a partir da reflexão crítica, há uma reciclagem de estereótipos machista quando eles destacam a fragilidade feminina, colocando os homens como potenciais agressores. Ou seja, o grupo reflexivo produz deslocamentos de perspectiva, porém, ainda mantém-se uma dualidade: os homens reconhecem (teoricamente) a gravidade da situação, no entanto, apresentam dificuldades em espelhar o conhecimento em seus modos de agir, persistindo em

⁷ Trecho extraído da memória do 4º encontro (11/10/2023)

justificativas com base biológica.

Dirigindo a atenção para o sistema prisional como uma possível ferramenta na luta contra a violência doméstica, podemos declarar que ele é ineficaz, pois simplesmente atua na punição do ato, e não na transformação das estruturas machistas que o perpetuam, posto que, “em vez de ressocializar o criminalizado, o cárcere degenera-o, dessocializa-o e embrutece-o, reconduzindo-o a uma carreira de desvio” (Trindade, 2003, p.13). Quando o Estado anuncia medidas de *responsabilização*, frequentemente o faz por meio da violência, seja pelo encarceramento de um grande contingente de indivíduos alocados em espaços minúsculos e em condições desumanas, seja pela imposição de castigos físicos inúteis (Idem, 2003).

Alicerçados nessa constatação, destaca-se que os grupos reflexivos são uma solução alternativa ao cárcere privado, pois buscam atacar a raiz do problema, isto é, discutir a cultura machista, abrindo brechas para a escuta, a reflexão, o desconforto etc. No entanto, seus benefícios não operam de forma imediata ou sozinhos, não conseguem desconstruir séculos de socialização masculina, sendo preciso que as políticas públicas atuais de combate à violência contra a mulher sejam melhor organizadas de forma que seu trabalho se torne mais eficiente. Além disso, é necessário que outros setores sociais também façam sua contribuição, por exemplo, os debates sobre gênero deixem de ser tabu e passem a ser abordados nas escolas desde cedo, a mídia comece a produzir com mais responsabilidade às representações masculinas, descolando-as de atos agressivos etc.

Mantendo como ponto focal a perspectiva intersetorial, a leitura coletiva de obras literárias revelou-se ser uma ferramenta eficaz para os participantes discutirem temas delicados e importantes. Por exemplo, nos capítulos 27 e 28 do livro *Tudo é Rio*, quando Lucy revela a Venâncio sua gravidez e ele tenta agredi-la, porém é impedido por Dalva, vemos um raro momento em que os homens, ao invés de defenderem ou justificarem a reação de Venâncio, aprovam a ação de Dalva, que ao demonstrar empatia por Lucy, impede que o marido cometa outra violência impensada. Isto é, enxergam a sororidade presente nas atitudes dela, mesmo que não soubesse nomeá-la.

Essa aprovação por parte dos homens pode significar um pequeno rompimento com a lógica que os une: a cumplicidade e proteção do autor de violência. Ao reagirem positivamente perante a ação de Dalva, eles implicitamente

reconhecem o direito de uma mulher confrontar a violência masculina, especialmente quando se está direcionada para o auxílio de outra mulher. Além disso, ao olharmos com mais cautela para a cena, podemos estabelecer uma ponte entre a atitude de Dalva e a definição de sororidade política proposta por bell hooks (2000, p. 30) que estaria “fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma”.

É relevante abordar que os participantes carregavam consigo a crença de que a Lei Maria da Penha protege somente as mulheres com poucas condições econômicas, pertencentes às classes menos favorecidas, ou seja, como se houvesse uma seletividade na proteção feminina. O pensamento está equivocado, principalmente se levarmos em consideração que ter dinheiro não é sinônimo de relacionamento saudável. No entanto, precisamos tomar cuidado com essa visão, pois tende a invisibilizar a violência que as mulheres com maiores condições financeiras podem vir a sofrer. Dito isso, a lei surge na intenção de salvaguardar todas aquelas que pertencem ao público feminino, independente da posição social pertencente.

Contudo, não podemos ignorar que os homens designados para participar do projeto são majoritariamente de classes sociais mais desfavorecidas economicamente. De acordo com Trindade (2003) isso ocorre porque há uma seletividade no sistema penal que tende a privilegiar a proteção dos interesses da elite, operando de maneira a desferir ações punitivas nos estratos sociais mais vulneráveis, justamente porque o sistema de justiça criminal desde a criação das leis até a execução delas surge como uma máquina de controle social, perpetuando as desigualdades, tornando-se aquilo que Novoa Monreal citado por Trindade (2003, p. 28) chama de “o direito dos pobres, não porque os tutele e proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz recair sua força e seu vigor”.

Assim, a responsabilização não é igualitária, pois enquanto os homens pobres são enviados para o sistema penal (e/ou para os grupos reflexivos), o público masculino das classes abastadas comumente acessam mecanismos informais na busca pela resolução dos conflitos, por exemplo: procuram terapias familiares ou até mesmo efetuam acordos privados, ou seja, conseguem fazer com que seus casos sejam arquivados utilizando-se de suas vantagens econômicas, políticas e sociais.

Em várias ocasiões a problemática do ciúmes/insegurança foi mencionada (ou retomada), especialmente porque esse é o sentimento que consome a

personagem Venâncio por boa parte da narrativa e o influencia a agir de maneira violenta em diversas situações. Além disso, essa é uma sensação que todos os indivíduos sentem, já sentiram ou sentirão pelo menos uma vez na vida. Os próprios participantes deixaram escapar seus ciúmes, um deles deixou explícito sua aversão em flagrar sua companheira conversando ou fazendo amizade com outro homem, dizendo que *não aceitaria* tal cenário.

Levando em consideração que o ciúmes é algo que atinge a maioria das pessoas, em algum instante ele passou a ser romantizado, sendo considerado positivo, no entanto, nasce da insegurança, fruto do receio de não ser bom o suficiente para que a outra pessoa permaneça, no que termina por gerar comportamentos possessivos, nos quais os homens tratam suas companheiras como propriedades. Exemplos dessa possessividade surgem quando eles alegam que a mulher deve ser submissa à figura masculina ou que não aceitariam que ela fosse amiga de outro homem.

Pateman (1993) defende que dentro do contrato social, feito por homens e para os homens, existe o contrato sexual, que serve de suporte para a perspectiva patriarcal ao legitimar a dominação masculina sobre a feminina. Balbinotti (2018, p. 250) discorre a respeito da questão ao afirmar que “a mentalidade patriarcal, que preconiza o controle das mulheres e a rivalidade entre homens, está sempre presente nas agressões por ciúme, refletindo o medo da perda do objeto sexual e social”.

Segundo Brasil (2002), o ciúmes é um dos fatores de risco em uma relação, desencadeando, na grande maioria das vezes, atos agressivos. Adiciona-se a isso, a alegação de Gomes (2013), para quem esse sentimento é uma das principais razões que resultam em violência doméstica, estando fortemente acompanhado pela defesa da honra masculina. A *defesa da honra*, nada mais seria que o homem ter o direito de agredir, e até ceifar a vida da companheira, caso suspeitasse (não precisava ser comprovado) que ela estivesse o traindo. Felizmente (mesmo que tardiamente), a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra foi declarada em 10/03/2021 pelo Supremo Tribunal Federal (De Jesus; Ghislandi, 2021, p. 5).

Ao lermos as páginas finais do capítulo 18 do livro, que retrata Venâncio batendo em Bambu (amigo de Dalva) por ciúmes, os participantes recordaram que, antes desse episódio, o pai de Dalva, ao descobrir o envolvimento amoroso da filha

com Venâncio, a proibiu imediatamente, em meio a uma onda raivosa, de continuar o namoro por desejar *proteger* a moça. O capítulo em discussão, mostra o primeiro ataque de ciúmes do Venâncio, o pai de Dalva proíbe a relação na parte anterior.

Ocorre que a proibição do pai de Dalva permite uma dupla interpretação. A atenção dos homens do grupo sustenta-se no fato de que seu Antônio enfatiza o mau-caratismo do pai de Venâncio. No entanto, o trecho também evidencia que o principal receio dele não era a segurança física imediata da filha, mas, sim, o medo dela ficar mal-falada pela cidade. Trago a seguir um trecho da obra que ilustra a situação:

Seu Antônio esperou Dalva na sala aos berros. Teve notícias de que a filha andava se engraçando com o filho de seu José. Aquele homem infeliz, empenhado em incomodar os outros. Atritar. Filha minha querendo cair na boca maldosa da cidade? Sendo fácil nas esquinas, no caminho de casa? Dando intimidade pra esse moço esquisito, se esfregando nesse filho de peixe? Mas é nunca. Tem que ter permissão, viu? Tô avisando, Dalva, acabe com isso. (Madeira, 2021, p.69)

Como podemos observar, a proteção aparece profundamente embasada no controle: seu Antônio se utiliza do discurso do cuidado para justificar práticas que reforçam o domínio sobre a filha e restringem sua liberdade de escolha afetiva. Em última análise, o suposto zelo paterno (entendido como algo positivo pelos membros do grupo) funciona como ferramenta de subordinação ao tentar impedir que ela viva sua sexualidade, colocando-a como responsável por não estragar a imagem da família.

Para finalizar o tópico, consideramos que a violência perpassa o entendimento dos homens presente no Projeto *Casulo* em relação às mulheres, distorcendo o conceito de cuidado e transformando-o em controle, invertendo o sentido de proteção e confundindo-o com posse, traduzindo o afeto em restrição. O público feminino é visto como uma mercadoria escolhida ou descartada, enquadrada em caixas que as separam entre *boas para casamento* e aquelas para o *puro deleite carnal*, enquanto traços considerados femininos são sistematicamente negados por serem associados à inferioridade (elemento que será melhor abordado no próximo capítulo).

Conseguimos perceber o quanto eles chegam ao grupo alheios à violência que cometem, fruto da estrutura social que naturaliza a desvalorização das

mulheres. Ainda assim, à medida que os diálogos vão sendo estabelecidos, conseguimos visualizar pequenos rompimentos em suas mentalidades, por exemplo, quando se mostram conscientes das atitudes problemáticas que os homens cometem em relação às mulheres, se percebem como possíveis autores de violência ou quando enxergam com bons olhos a ação de Dalva ao proteger Lucy de Venâncio, em vez de tentar justificar seu ataque. São pequenos instantes como esses que nos ajudam a visualizar a potencialidade dos grupos reflexivos como espaços de provocação de mudança e a compreender a insuficiência do cárcere, que simplesmente joga esses sujeitos em celas insalubres, sem levá-los à refletir sobre suas ações.

Ressalta-se, todavia, que os Grupos Reflexivos não podem ser encarados como uma solução milagrosa, pois suas ações manifestam-se a longo prazo e dependem da contribuição de políticas públicas integradas e do apoio de outros setores, como: educação, saúde, mídias. Além disso, é importante considerar o papel que as religiões monoteístas exercem sobre a questão, levando a uma transformação cultural mais ampla. Portanto, a desnaturalização da violência, é um processo lento e coletivo - do qual os grupos reflexivos são uma peça importante, mas não a única.

5. RACHADURAS: O QUE HÁ POR TRÁS DA MÁSCARA DA MASCULINIDADE?

Ao refletirmos sobre a estrutura capitalista-patriarcal-machista na qual estamos inseridos, que nos (de)forma e inconscientemente contribuímos para sua manutenção, torna-se quase descabido declarar que esse sistema, que tanto beneficia os homens, também faz mal a eles. Contudo, apesar de parecer uma alegação absurda, constitui-se em algo real, verídico. A bell hooks (2000, p. 14) nos ajuda a compreender melhor essa questão ao salientar que:

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. A maioria dos homens acha difícil ser patriarca. A maioria dos homens fica perturbada pelo ódio e pelo medo de mulher e pela violência de homens contra mulheres, até mesmo os homens que disseminam essa violência se sentem assim. Mas eles têm medo de abrir mão dos benefícios. Eles não têm certeza sobre o que vai acontecer com o mundo que eles já conhecem tão bem, se o patriarcado mudar. Então acham mais fácil apoiar passivamente a dominação masculina, mesmo quando sabem, no fundo, que estão errados.

Ser homem na sociedade é estar em um contexto dialético: no mesmo instante que são beneficiados também saem prejudicados, de forma que a estrutura do ideal de masculinidade é formada por uma camada espessa de toxicidade, exigindo que adotem formas de agir que os engessam, cooperando para o desenvolvimento de uma série de comportamentos problemáticos que serão discorridos logo adiante.

O quadro abaixo apresenta a sistematização das análises no que se refere à compreensão dos participantes do Projeto *Casulo* em relação à ser homem. O grande tema reúne cinco categorias que nos lançam a um caldeirão de compreensões também ambíguas e contraditórias, assim como no grande tema anterior, quando o foco estava na significação do que é ser mulher.

denominamos de paradoxo da mudança: no mesmo instante que os homens demonstram certa consciência crítica acerca de suas ações, carregam suas antigas justificativas e normatizações que os induz a reprodução da lógica patriarcal que está constantemente sendo questionada durante os encontros.

Nesse ciclo de contradições, há o evidenciamento dos desafios e fragilidades próprios dos GR-I que, ainda que criem espaços de reflexão, enfrentam resistências, tensões e ambiguidades. Agrega-se a esse cenário, a resistência à responsabilização, quando os membros transferem a culpa para fatores externos, como: álcool, às mulheres e outras circunstâncias, recusando-se a reconhecer completamente a autoria da violência. Tendo em mente o que foi exposto, nota-se que as categorias estão entrecruzadas e em incessante renovação.

Olhando com mais ênfase para o quadro masculino, conseguimos divisar, a partir da primeira categoria, o quanto a violência é extremamente presente em suas vidas, no entanto, tratam-na com normalidade. Esse comportamento encontra suas raízes no mesmo lugar das definições que moldam a construção do ser mulher: no modo como são socializados.

Existe uma ideia latente de que o *homem real* é aquele ser bruto, viril. Porém, essa mentalidade é extremamente prejudicial, pois resulta em indivíduos que constantemente reprimem e anulam suas emoções de modo a tornarem-se mais irritadiços e propensos a atos agressivos, geralmente desferidos contra aqueles considerados como mais fracos e submissos, por exemplo, mulheres e crianças. A repressão emocional aparece refletida nos participantes do projeto, quando alegam que sentem dificuldades em externalizar seus sentimentos ou que é mais fácil chorar por dores físicas que emocionais.

Para entender de forma mais clara e objetiva a maneira como a construção do masculino efetua-se, trago a metáfora da *Casa dos Homens*, elaborada por Welzer-Lang em 2001. Utilizando-se desse conceito, o teórico busca descrever os diferentes lugares que os homens são socializados – clubes, estádios etc.; cada ambiente formaria uma grande casa repleta de cômodos, sendo que para subir de nível os homens precisam passar por penosas provações.

De acordo com Welzer-Lang (2001), o rito de iniciação dos garotos ao se distanciar do mundo feminino constitui-se pela fase denominada de homosociabilidade, onde repetem os mesmos modelos sexuais e estratégias de interação praticados pelas gerações passadas. Nessa etapa

emergem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade. Competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem mijá (urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, [etc.] (Welzer-Lang, 2001, p. 462).

Para se tornarem machos, precisam aprender a obedecer às leis e regras ensinadas pelos mais velhos. Dentre os códigos de conduta repassados, há a ideia não explicitada de que a “aprendizagem se faz no *sofrimento*. [...] O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem ‘amaldiçoar’ – para integrar o círculo restrito dos homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 462).

É importante ressaltar que a iniciação de cada um, seja em nível individual ou coletivo, acontece de maneiras distintas para cada sujeito, mas todos aprendem sobre sexualidade e a necessidade intrínseca de diferenciarem-se das mulheres. Ou seja, são obrigados

a castrarem certas qualidades por serem estas consideradas femininas, por conseguinte, negativas para um homem. Para não correr o risco de não encarnar adequadamente o papel do *macho* o homem deve inibir sua sensibilidade (Saffioti, 1987, p. 25).

Por várias vezes durante os encontros, os participantes deixaram transparecer a dificuldade em mostrarem-se mais sensíveis que o recomendado, seja quando reforçam esse estereótipo ao responderem enfaticamente à pergunta se “seria errado chorar?” alegando que “homens não choram”, ou permitindo o entendimento de que está tudo bem derramar lágrimas por algum problema de saúde física, porém, por questões emocionais, não. Um dos participantes contou que “chegou a chorar de dor por causa de pedras no rins, mas que não conseguia nas questões emocionais”. Por meio dessas ponderações, podemos perceber o quanto eles se reprimem e desejam esconder suas feridas internas, pois sentem medo que os outros os vejam e os enxerguem como fracos ou, noutras palavras, sejam colocados como semelhantes às mulheres e, conseqüentemente, em uma posição de inferioridade.

Sentimentos são universais e, em tese, todos os sujeitos deveriam ter a liberdade de expô-los. Contudo, ao estudarmos mais a fundo a construção social do

ser homem, percebemos como essa característica torna-se quase um tabu para o público masculino. Tendo isso em mente, ao debatermos sobre o que seria dor, os integrantes do projeto socializaram visões interessantes a esse respeito. Destacaram que existe dor em diferentes formas, nos atingindo tanto de maneira física, quanto emocional.

Para alguns, a dor é fruto de erros e arrependimentos. Essa perspectiva expressa uma visão introspectiva e individual sobre o sofrimento e confessa de modo indireto como os homens foram ensinados a suportá-la em silêncio, associando-a à culpa pessoal, sem transformá-la em responsabilização concreta, justamente porque não há um trabalho reflexivo sobre o que gerou o sentimento, apenas a internalização e a tentativa falha de ignorá-la.

Ao ponderarem que a dor faz parte da vida e do aprendizado, podemos analisar como uma tentativa de racionalizar o que estão sentindo. De outro modo, tentam entender em vez de se permitirem sentir. Apontaram que a dor é um elemento persistente, um deles até disse algo bastante simbólico: “Temos dores de estimaçãõ” (Ana Carolina, out. 2023)⁸. Sem saberem, estavam explicitando que os homens carregam e sentem dor, no entanto, muitas vezes não sabem o que fazer como elas ao ponto de se tornarem companheiras, parte de suas identidades.

Evidenciaram a dificuldade de compartilhar suas angústias com outras pessoas, um deles acrescentou que não comentava sobre elas para os pais. Aqui estão relacionando a existência dela com o silêncio, trazendo à tona mais uma vez o hábito que alguns homens carregam de esconder o que sentem. Um ponto curioso nessa parte diz respeito à dificuldade do participante de se abrir com os pais. Se observarmos com calma, podemos intuir que talvez esse bloqueio de comunicação não seja somente o efeito da concepção de que os homens não podem revelar o que sentem, mas consequência do núcleo familiar que não se mostrou seguro para que ocorresse essa conversação. Nessa hipótese, tem-se que ao longo de sua vida, aqueles que deveriam ser seus principais portos seguros, não se mostraram aptos para ouvi-los e abraçar suas fragilidades, criando, assim, uma resistência em relatar as vulnerabilidades.

Houve aqueles que destacaram a importância de refletir sobre a dor, sendo mais específica, detalharam a necessidade de pensar antes de agir, abrindo espaço

⁸ Texto extraído da memória do 3º encontro (10/10/2023)

para interpretarmos que carregavam a consciência de que é preciso haver essa análise anterior para impedir que cometam ações mais drásticas. Entretanto, na prática, esse movimento acontece de maneira tardia, somente depois que o dano está feito, como apontado por um dos participantes ao dizer que “seria melhor que tivessem participado de Grupos Reflexivos antes de serem denunciados e condenados”.

Suas contribuições permitem pensarmos nos Grupos Reflexivos de forma mais expansiva, para além da visão punitivista, sendo significativa a sua aplicação mais próxima do ato cometido – já que o tempo que o processo leva para ser analisado induz à adesão de alguns deles ao grupo somente anos depois da ação agressiva ter sido realizada. O tempo decorrido é tão extenso que, ao serem notificados, os participantes são surpreendidos, uma vez que acreditavam que a denúncia havia sido arquivada. Além disso, é importante empregar ações reflexivas com homens e meninos como uma medida preventiva direcionada aos que não tenham praticado violência, em escolas ou outros espaços de socialização.

Welzer-Lang (2001, p. 464) demarca que muitas vezes os meninos são inseridos no mundo sexual pelos adultos, isto é, são abusados, resultando em uma perpetuação do ato, onde os indivíduos violados tentam amenizar o sofrimento da ação cometida neles, de modo que “os outros abusos perpetrados representariam os juros que o homem abusado vem cobrar”. Para além da agressão sexual, a violência física é, na compreensão dos participantes do Projeto *Casulo*, uma das mais recorrentes e comuns. Essa violência é composta por brigas ocasionais repletas de chutes, pontapés, gritos, xingamentos e empurrões.

Embora sejam criados em um ambiente hostil, a socialização dos rapazes cria e fortalece a cumplicidade masculina. E é por causa dessa “irmandade” que, em várias situações, os homens, mesmo não concordando com as atitudes de seus companheiros, acobertam os erros por eles cometidos, lhes fornecendo álibis na tentativa de os livrarem da responsabilidade de responderem pelos atos praticados. Em face dessas informações, somos impelidos a questionar as razões para tanta cumplicidade. A resposta, no entanto, é estrutural: os homens protegem uns aos outros, mesmo “em situações que vão desde a traição à violência contra mulheres” (Zanello, 2020, p. 83), porque querem, quase que desesperadamente, serem aceitos na casa dos homens.

A busca constante pela aceitação e cumplicidade masculina tem sua origem

no modo como eles foram introduzidos na sociedade pelo núcleo familiar, já que esse seria o primeiro espaço de aprendizagem das relações e valores. Para entender melhor essa herança familiar, aplicamos, no encontro 9º do dia 31/10/2023, uma dinâmica envolvendo a produção de *cupcakes* (alguns salgados e outros doces) distribuídos de forma aleatória, e sem identificação, para que os participantes comecem, permitindo que introduzíssemos a discussão a respeito da família. A intenção era refletir, a partir de uma atividade concreta, sobre o que nossas famílias nos oferecem e o que fazemos com o que recebemos. Os *cupcakes* salgados/estragados visavam provocar a reflexão para desmistificar a concepção romântica de família como sendo composta de relações que só nos oferecem coisas boas.

Figura 5 - Vista superior da disposição dos cupcakes na mesa durante a dinâmica sobre família



Fonte: Arquivo do Projeto Casulo (2023).

Em dada ocasião, um dos membros da equipe executora, no intuito de saber se na infância, caso suas famílias tivessem tido atitudes tóxicas com eles, quais os comportamentos que teriam diante disso, os questionou: “se alguém lhes desse um *cupcake* estragado, o que vocês fariam?”. Os participantes acabaram não entendendo o sentido metafórico do questionamento e um deles respondeu *que* “batia e mandava a outra pessoa comer o bolo, porque foi assim que ele foi criado”

(Andressa, out. 2023). Como podemos constatar, houve uma falha no entendimento da metáfora presente na pergunta, talvez por causa de uma má formulação do questionamento, já que a problemática não girava em torno do doce literal, mas das ações simbólicas (desagradáveis) cometidas pelas famílias, contudo, a resposta evidencia a violência como reação para lidar com aquilo que lhe desagrada.

A situação expõe uma dificuldade de abstração por parte dos integrantes, o que pode ser resultado de sua trajetória de vida perpassada por dificuldades e violência, além de seu baixo grau de escolaridade, fazendo com que interpretem o mundo de forma bastante literal. Apesar de tudo, a resposta dada ao questionamento é reveladora, pois demonstra a utilização e a normalização de respostas agressivas às diferentes situações, expressando a maneira como a maioria dos homens estão acostumados a responder aos conflitos, recorrendo imediatamente à violência; estando desprovidos de habilidade para mediar os desentendimentos sem a utilização de ações agressivas.

Na memória produzida pela Aline do 15º encontro, realizado no dia 22/11/2023, a temática da violência voltou-se para a educação das crianças. Com esse gancho, os integrantes A e B argumentaram que o que faltava na criação dos pequenos seria *taca*⁹. O participante C, que na maioria dos debates permanecia em silêncio, rapidamente retrucou: “taca não educa ninguém”. A situação foi completada com uma “brincadeira” do membro D ao evidenciar que se o integrante C tivesse apanhado quando garoto, não estaria ali (respondendo um processo criminal por violência doméstica), influenciando ele a exprimir que “se taca educasse alguém, eu não estaria aqui, porque levei muita taca e estou aqui hoje”.

O episódio revela como a violência é aprendida e legitimada desde a infância, não se restringindo apenas às relações conjugais, criando um ciclo em que as crianças podem se tornar autoras de violência quando adultas (sempre lembrando que essa lógica não é uma regra, muitas pessoas mesmo sendo criadas em ambientes agressivos, conseguem trilhar um caminho diferente).

O integrante C, ao romper o silêncio para contestar à ideia de que *taca* é uma forma eficaz de disciplinar os jovens, reconhece a ineficiência dos castigos físicos na infância ao compartilhar um testemunho pessoal, possibilitando considerarmos sua contribuição como um avanço no grupo reflexivo, já que manifesta uma perspectiva contrária ao discurso dominante.

⁹ O mesmo que castigo físico (levar uma surra).

Outro elemento que chama a atenção na conversa é quando um quarto membro sugere que por não ter apanhado o suficiente o integrante C estava participando do grupo. Podemos deduzir que o uso da ironia é uma forma de anular a contestação do colega enquanto tenta manter a concepção de que a violência seria um mal necessário e inevitável.

O destaque “porque foi assim que ele foi criado”, como no caso anteriormente relatado, conecta a prática violenta à própria história familiar, reforçando que uma educação agressiva perpetua comportamentos abusivos, além de ser um tipo de pedagogia que é transmitida de geração em geração como se fosse algo aceitável e até mesmo necessário.

Ambas as ocasiões nos instiga a pensar o modo como as famílias desenvolvem a educação de seus filhos, já que “no espaço privado [...], certas formas de violência física são toleradas e até cobradas” (Silva, 2008, p. 5). Atualmente persiste, no senso comum, a visão de que as crianças somente se comportam mediante tapas, cintadas ou palmadas, o que foi expresso por alguns dos participantes do Projeto Casulo, evidenciando uma compreensão de educação violenta. Contudo, tais práticas causam o efeito inverso, podendo prejudicá-los física e mentalmente. Em sua tese, Silva (2008) registra que o uso de punições corporais podem dificultar os adultos a lidarem com conflitos, levando-os a recorrerem à força física como única forma de resolvê-los – sendo exatamente o que o participante relatou que faria, caso recebesse o *cupcake* estragado. Ou seja,

O exercício da violência tem como finalidade reequilibrar o sistema psíquico através de uma experiência instantânea de triunfo. Quando o indivíduo não possui auto-confiança suficiente para enfrentar suas necessidades e frustrações adultas procura, através do ato violento, resgatar alguma "dignidade". Mesmo de forma fugaz, o agressor tem uma sensação de grandiosidade através da humilhação da sua vítima e da submissão desta (Brasil, 2002, p. 65).

A utilização constante da cultura da força em suas trajetórias de vida contribuiu para a perpetuação da noção de que a agressividade é algo natural, biológico ao público masculino, não havendo perspectiva de mudança, transformando a violência como algo inevitável para eles.

Corroborando com essa visão de inevitabilidade, por várias vezes os participantes do grupo destacaram que dificilmente um homem agressivo muda. Um exemplo disso ocorreu no instante em que debatemos o caso da ex-modelo e

apresentadora Ana Hickmann que havia sido, recentemente à época, espancada pelo então marido Alexandre Correia. Ao serem questionados se havia chances dele mudar o “jeitão” grosseiro, um dos participantes que ainda não tinha interagido disse: “não muda, só se for para pior” (Aline, nov. 2023)¹⁰. Neste momento perguntaram diretamente a ele se não acreditava na própria mudança, mas ele apenas sorriu e não verbalizou uma resposta.

Nota-se certa contrariedade no cenário descrito: ao mesmo tempo que fazem parte do grupo voltado para o combate da violência doméstica, sendo postos constantemente para refletir acerca da problemática, permanecem bastante severos e descrentes quanto a outros homens que cometem erros semelhantes aos deles. Esse comportamento também funciona como um mecanismo de defesa e negação ao fato de que eles também são autores de violência. Os participantes não se enxergam nessa posição apesar de responderem a processo judicial. O silêncio acompanhado do sorriso, diante da pergunta sobre sua mudança pessoal, evidencia a resistência que sentem em transpor o uso da imagem do homem genérico para o autocrítico, mantendo-se em uma posição de observador externo ao problema que o projeto busca combater. É como se a situação deles fosse um acidente, não o resultado de uma cultura e valores que moldam o comportamento de cada um.

Olhando com atenção, talvez seja possível supor que parte dessa perspectiva fatalista que eles apresentam em suas falas, deriva do modo como a sociedade nos levou a enxergar as situações. Sempre que algo grave acontece e alguém é apontado como culpado, nossa primeira, e talvez única, atitude em relação ao acontecido é rotular o incriminado e resumi-lo àquela ação. Geralmente não damos a oportunidade para o outro demonstrar arrependimento ou uma modificação concreta de seus comportamentos. E, às vezes, apontar os deslizos do próximo transforma-se em uma forma de desviar a atenção das próprias falhas.

Essa tendência em transferir o foco para a falha alheia e exigir punição extrema manifestou-se durante o 13º encontro, no dia 14/11/2023. Ao serem questionados se o Venâncio poderia ser perdoado, os participantes defenderam que ele deveria ser preso, direcionando o debate para o que seria fazer “justiça com as próprias mãos”. A reação deles é significativa, pois a revolta para com o acusado pode ser tão intensa que se a punição que recebe não for considerada “boa o suficiente” pode causar uma comoção pública resultando em respostas violentas à

¹⁰ Texto extraído da memória do 15º encontro (22/11/2023)

sensação de frustração e injustiça.

Durante o 14º encontro, desenvolvido no dia 16/11/2023, enquanto conversávamos sobre o ato do cuidado, havendo a constatação de que a esposa, na grande maioria das vezes, é quem fica sob a responsabilidade de cuidar dos filhos, um dos participantes relatou que conhecia um casal onde a mulher trabalha fora e o esposo permanecia em casa cuidando do filho. Percebendo certo tom de indignação em sua voz, indagamos se isso seria um problema, ao que o participante respondeu “não achar correto ser sustentado pela mulher” (Andressa, nov. 2023) Novamente o questionamos: se sua esposa ganhasse mais que você, o que faria? Imediatamente ele respondeu que “o jeito seria pegar um pouco do dinheiro dela” (Andressa, nov. 2023). Novamente perguntamos: se fosse os dois que trabalhassem fora, quais as atitudes que tomariam em relação aos cuidados do filho? Outro integrante respondeu que “seria necessário contratar alguém” (Andressa, nov. 2023). Sem perder tempo, indagamos se *esse alguém* poderia ser um homem, automaticamente uma onda *não* foi entoada por todos os membros do grupo.

O trecho acima está marcado por diversas camadas pertencentes ao que poderíamos conceber por violência estrutural. Em definição, esse tipo de violência não é praticada por um indivíduo em particular, mas por toda a estrutura social, econômica e cultural, de modo a se originar e perpetuar nas dinâmicas sociais mais amplas, havendo também a reprodução de estereótipos de gênero, podendo ser compreendidos como a generalização de um conjunto de comportamentos e papéis que são distribuídos entre homens e mulheres.

Primeiramente há o reforço constante da ideia de que a mulher é a única responsável pelo cuidado, perspectiva originada a partir do modelo patriarcal e intensificada pela consolidação do sistema capitalista-machista. De acordo com Pateman (1993) e Federici (2017), na visão masculina – especialmente fruto dos teóricos clássicos que tentaram explicar o nascimento da sociedade –, as mulheres não apresentam as habilidade necessárias para viverem a vida pública, ou seja, concordavam que elas não eram inteligentes o suficiente, além de serem incapazes de controlar seus desejos e vontades, relegando-as à privacidade doméstica e ao zelo com a família.

A concepção do homem como único provedor, também é um elemento que salta aos olhos, pois se ele não consegue cumprir com suas obrigações de chefe da casa, isto é, transformando-se no principal ou único provedor do lar, é alguém que,

de acordo com Saffioti (1987), nos parâmetros da ideologia dominante, fracassou terrivelmente, pois há uma profunda exigência para que o público masculino tenha sucesso financeiro. Em relação à organização da família citada pelo participante, aos olhos da sociedade, o homem está em posição de submissão em relação à esposa, cenário considerado inadequado.

Essa negativa na inversão dos papéis também é reflexo daquilo que Pateman (1993, p. 203 e 205) explicou

O trabalho de uma dona-de-casa é propriamente chamado de servidão doméstica ou, mais educadamente, de serviço doméstico. O trabalho doméstico não é “trabalho”. O trabalho acontece no mundo masculino do capitalismo e dos locais de trabalho. O significado de “trabalho” depende da conexão (suprimida) entre as esferas privada e civil. Um “trabalhador” é um marido, um homem que sustenta sua esposa, uma dependente (subordinada) econômica. Ou seja, um trabalhador é um “ganha-pão”. [...] o salário é encarado como um salário-família, os ganhos das mulheres são encarados como um “complemento” ao salário do marido. As mulheres são esposas, e supõe-se que elas sejam economicamente dependentes de seus maridos, obtendo a sua subsistência em troca do trabalho doméstico.

A ocasião mais reveladora define-se quando os participantes evidenciam mais uma vez a inabilidade masculina de cuidar dos outros, confinando essa característica unicamente às mulheres; cooperando, assim, para a manutenção da desigualdade de gênero. Ademais, suas reações demonstram o quanto não confiam em si mesmos ou em seus semelhantes, perpetuando o medo cultural sobre a figura masculina relacionada ao cuidado das crianças, sendo considerados ameaças constantes ou dignos de suspeita.

Como citado acima, Pateman (1993, p. 150) escreveu que os teórico clássicos concordaram que um dos motivos das mulheres não participarem da vida social deriva-se da constatação que elas “são criaturas com desejos insaciáveis, incapazes de sublimar suas paixões como os homens, os quais se estabelecem como indivíduos civis.” Entretanto, não é incomum (na verdade é bem corriqueiro) o público masculino repetir frases semelhantes ao seguinte comentário compartilhado durante um dos encontros do GR-I (onde conversávamos sobre o envolvimento do Brando e a sobrinha Lucy), quando perguntados se a expressão *a carne é fraca* era verdadeira, isto é, se os homens realmente são menos resistentes às tentações da carne se comparado às mulheres, a conclusão deles foi unânime: “Sim, somos

fracos, não tem homem que resista a uma mulher tirando a roupa em sua frente.” (Andressa, out. 2023)¹¹

A afirmação feita de maneira descontraída pelos integrantes, carrega em seu âmago a concepção de que há um descontrole dos desejos masculinos “ou seja, ao qual é impossível de se renunciar, fazendo com que os homens ajam, muitas vezes, de forma impensada, incontrolável ou antiética.” (Zanello, 2020, p. 91). Além disso, defende-se que “um verdadeiro ‘macho’ é entendido como aquele que aproveita todas as chances de ‘comer’ uma mulher ou de, pelo menos, vê-la como uma possível presa. [...] A ideia é a de que um homem, de verdade, está sempre à caça.” (Zanello, 2020, p. 85).

Na mesma direção, Saffioti (1987, p. 18) esclarece que o homem desfrutando de sua posição de poder e seguindo as ordens do pensamento dominante “deve perseguir o objeto de seu desejo, da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo”.

Nesse contexto, as figuras femininas “são vistas como algo que se ‘come’, assim como se consome carne e cerveja” (Zanello, 2020, p. 85). Isso porque

Historicamente comer carne foi relacionado à virilidade (coisa de “macho”) e a noção de disponibilidade de corpos femininos aos homens firmou-se juntamente com a ideia de que os corpos de animais (e seus produtos, sobretudo de fêmeas, leite e ovos) são bens disponíveis e exploráveis (Idem, 2020, p. 85).

Nesse mesmo raciocínio de que o desejo masculino é algo que não se controla, apenas se sacia, é que vemos casos frequentes de culpabilização da vítima. O termo pode ser compreendido como “um fenômeno que tende a retirar do ofensor a responsabilidade integral pela situação gerada, transmitindo parcela da culpa ou culpa total à própria vítima, o que auxilia a amenizar ou anular a conduta do agente” (De Jesus; Ghislandi, 2021, p. 2).

A persistência da narrativa de culpabilização pode ser observada entre os integrantes do grupo quando ao debaterem as atitudes agressivas de Venâncio em relação à esposa e filho, um deles alegou que Dalva também era culpada, pois um bebê havia sido morto e nada teria sido feito, afirmando que “a omissão dela a

¹¹ Trecho extraído da memória do 6º encontro (19/10/2023)

tornava cúmplice, podendo, inclusive, ser pior que Venâncio” (Aline, nov. 2023)¹². De forma semelhante, ao exibirmos o documentário “Quem matou Eloá?” (Perez, 2015), um deles a culpou pelo seu sequestro e morte. Tais discursos demonstram relutância em reconhecer a violência como um ato de autoria masculina, utilizados como meio de absolver o homem e legitimar o controle masculino.

Tendo em vista uma sociedade que encara a figura feminina como algo sem muita importância, a culpa é empregada como uma forma de responsabilizar as mulheres que se encontram “em situação de vulnerabilidade, por eventos negativos a que foram submetidas.” (De Jesus; Ghislandi, 2021, p.07-08). À medida que a culpabilização

envolve uma dimensão moral, admitindo-se que houve uma transgressão moral, em outras palavras, a culpabilização ocorre quando se acredita, baseado em valores e crenças pessoais, que a vítima deveria ter agido de outro modo. Assim, o nível de culpa atribuído leva em consideração as desculpas ou justificativas dadas para o evento, sendo atribuídos níveis maiores de culpa quando as justificativas não são aceitas pelos observadores (Farias, 2019, p. 62).

Enfatiza-se que o movimento de dirigir-se à vítima, especialmente às mulheres, para buscar justificativas nos comportamentos delas no intuito de amenizar as atitudes inconsequentes de outrem, principalmente dos homens, é uma prática antiga. Está registrada bíblicamente, quando a culpa dos seres humanos terem sido expulsos do Jardim do Éden recaiu exclusivamente sobre Eva, impactando na forma como a imagem da figura feminina foi concebida e ainda permanece no imaginário popular. O que as levou a serem consideradas seres sensuais e manipuladores, seduzindo os homens inocentes e levando-os a pecarem (De Jesus; Ghislandi, 2021). Daí elabora-se o conceito de marianismo (discutido no primeiro tópico), nascendo como um contraponto à noção inicial da mulher como um ser profano, convertendo-se em uma ferramenta para a remissão de seu pecado primordial.

A responsabilização da vítima pode acontecer por intermédio de dois movimentos: julgamento externo e interno, que geralmente andam juntos. O primeiro invariavelmente influi no surgimento do segundo – de tanto ser julgada e ter seus comportamentos avaliados e reavaliados por terceiros (externo), a mulher agredida

¹² Texto extraído da memória do 15º encontro (22/11/2023)

internaliza (interno) uma culpa que não lhe pertence ou, em casos de as agressões serem praticadas por seu próprio companheiro, desenvolvendo uma autculpabilização decorrente, principalmente, de dois tipos de violência. A primeira delas é a psicológica, podendo ser entendida como

qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças ou decisões. Ex.: manipulação, gaslighting¹³, vigilância constante, insulto, chantagem, exploração, ridicularização etc. (Zanello, 2022, p. 79).

A segunda é a violência moral, podendo ser definida como uma ação que

configure calúnia, difamação ou injúria. Exemplos: acusar a mulher de traição; emitir juízos morais sobre sua conduta; fazer críticas mentirosas; expor a vida íntima; rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole; desvalorizar a vítima por seu modo de se vestir (Zanello, 2022, p. 80).

Uma questão interessante é que ambas as violências citadas acima, traduzem-se em ações agressivas que não deixam marcas visíveis, contudo, ainda permanecem sendo potentes e capazes de abalar a autonomia e a saúde psíquica das mulheres, bastante empregadas quando o homem deseja reafirmar sua posição superior e dominância sem recorrer à força física.

Não é um equívoco apontar que a ação de olhar para as mulheres como responsáveis pelas agressões sofridas causa uma naturalização da violência contra a mulher, que resulta em justificativas como: “bati nela porque fui provocado”, “ela me agrediu primeiro”, “só revidei, sua honra foi restaurada”, “agiu de forma agressiva por amor”, “ela ficou de gracinha/conversinha com outro homem” etc. Entretanto, são apenas desculpas para mascarar ciúmes (que não podem ser confundidos, de forma alguma, com amor), traumas mal resolvidos, a falta de capacidade em ouvir um “não” ou ser rejeitado, acreditar que a única maneira de resolver os problemas é usando a força física, entre outros aspectos.

Importante dizer que essa naturalização da violência transforma o ato violento em um recurso a ser empregado quando se deseja resolver problemas ou burlar

¹³ É um tipo de violência psicológica empregada para fazer a vítima duvidar da sua própria sanidade mental, percepção da realidade e memórias, influenciando que ela questione seu julgamento e validade de seus sentimentos.

regras. Por exemplo, no 4º encontro, no dia 11/10/2023, um dos integrantes do grupo evidenciou que o juiz havia informado que se faltassem em pelo menos um encontro o faltante seria preso, contudo, dois haviam deixado de comparecer às reuniões e nada aconteceu. Explicamos que os casos de ambos ainda não eram de conhecimento do juiz; sem mencionar que um deles estava com a esposa internada após sofrer um acidente no trabalho (o que suscitou uma piadinha do mesmo que questionou sobre a prisão de quem faltasse, dizendo que “também iria dar um jeito de internar a sua mulher” (Andressa, out. 2023)).

Zanello (2022, p. 80) elucida que a violência contra a mulher praticada pelo companheiro começa a partir de pequenas ações:

raramente como uma violência direta. Ela surge de forma sorrateira, mas nem por isso menos brutal: uma piada machista de mau gosto, um olhar duro de ciúmes, uma palavra de desqualificação, um xingamento... A tendência, em geral, é que ela cresça.

O crescimento da violência é gradativo, ocorrendo por meio de fases que compõem o chamado *Ciclo da Violência*. Vale destacar que tal ciclo é conhecido como um fenômeno da violência de gênero, uma vez que as agressões acontecem em função do gênero da vítima, não se configurando em uma aleatoriedade, mas estando diretamente relacionada ao fato da vítima ser mulher em uma sociedade marcada pela desigualdade de poder entre os sexos. As etapas são compostas por:

Na fase 1, há um aumento na tensão, o agressor fica irritado por pequenas coisas, tem acessos de raiva, e a mulher tenta contornar a situação, evitando comportamentos que pense poder irritá-lo. Ela sente medo, angústia, tristeza, ansiedade e, muitas vezes, culpa, porque se responsabiliza pelo comportamento do agressor. Essa fase pode demorar pouco ou muito tempo [...] **Na fase 2**, o agressor perde o controle e explode, passando ao ato violento. Geralmente a mulher se sente impotente e paralisada, sente ansiedade, medo, insônia, fadiga, vergonha, dor e solidão. Pode buscar ajuda ou tentar resolver tudo sozinha por conta da vergonha. **Na fase 3**, o agressor se mostra arrependido e demonstra um comportamento carinhoso, como se buscasse reparar a violência cometida. É conhecida com a fase da “lua de mel”. A mulher muitas vezes perdoa e se sente feliz, mesmo que por curto período de tempo, por ver uma tentativa de mudança por parte do companheiro, até que, por qualquer motivo, há um aumento de tensão e recomeça a fase 1 (Zanello, 2022, p. 80, grifo nosso).

No terceiro estágio, os parceiros passam a fazer promessas e juramentos de

que as “coisas serão diferentes”, alimentando a esperança e expectativa de suas esposas. Porém, as palavras são vazias e quando as atitudes agressivas voltam a acontecer é de forma mais intensa.

Impelidas pela ideia de que conseguirão modificar os comportamentos de seus maridos ou por não terem condições de se sustentarem sozinhas, as mulheres permanecem em relacionamentos extremamente abusivos. Algumas das maneiras encontradas para aguentar a situação degradante na qual estão inseridas seria aumentar o nível de tolerância às ações violentas ao mesmo tempo que elaboram pretextos para os atos de seus companheiros, muitas vezes destacando sua (suposta), participação nas explosões de raiva dele (Zanello, 2022).

A desigualdade de poder entre os sexos, que é a base da violência de gênero, manifesta-se também na restrição da liberdade e mobilidade feminina. Podemos perceber isso através dos debates sobre o uso do tempo livre, momento no qual os participantes expõem sua percepção sobre os espaços públicos:

- Quem gosta mais de sair à noite?
H: Os homens, as mulheres são mais caseiras.
H: tem mulher que gosta de sair
H: As mulheres tem medo de sair à noite
 - Mas por que elas tem medo de sair de noite?
H: Por medo de serem atacadas
 - Medo de ser atacada por quem?
H: Pelos homens
- (Andressa, out. 2023)¹⁴

Essa conversa mostra que eles concordam que a violência é um fenômeno de gênero. No mesmo instante que definem as mulheres como *caseiras*, admitem que essa reclusão não é uma escolha, mas um comportamento impelido pelo contexto social. No cenário descrito, a violência de gênero não se limita somente ao ato físico cometido dentro do lar, se configurando também na restrição da liberdade feminina de permanecer nos espaços públicos, sendo a figura masculina explicitamente reconhecida como a origem do medo das mulheres circularem livremente em ambientes fora do perímetro particular de sua residência.

Em meio às conversas suscitadas no encontro 5º, realizado no dia 18/10/2023, em que a temática girava em torno da culpabilização da vítima, um dos participantes disparou a seguinte afirmação: “as mulheres gostam de apanhar”

¹⁴ Trecho extraído da memória do 4º encontro (11/10/2023)

fazendo alusão à permanência de algumas mulheres em relacionamentos tóxicos. Em suma, essa é uma frase clássica, dita como se fosse uma alegação válida e não houvesse a necessidade de outra explicação para as razões pelas quais as mulheres permanecem em relacionamentos tóxicos.

Após a afirmação ser proferida, a equipe executora evidenciou que essa mentalidade incita o silenciamento e impunidade, legitima a violência de gênero e desconsidera totalmente as questões sociais, econômicas, psicológicas e emocionais que estão por trás da decisão de continuar com a união. Havendo também o destaque que ninguém entra em um relacionamento no intuito de ser agredida, mas que desde tenra idade as mulheres são levadas a acreditar que detêm a responsabilidade e capacidade de mudar os comportamentos de seus companheiros.

Há uma segunda vertente da culpabilização, bastante praticada, só que em vez de simplesmente responsabilizar à vítima, ocorre a transferência da culpa para uma série de outros elementos, o mais comum gira em torno da bebida. Em várias ocasiões os homens declaram que não tiveram a intenção de agir violentamente, mas por estarem sob efeito do álcool não tiveram consciência da atrocidade que estavam realizando. A questão chave da situação é que ainda no 5º encontro um dos participantes disse que “o homem sempre coloca a culpa na bebida e que muitas vezes, eles estão conscientes do que fazem” (Ana Carolina, out. 2023).

Essa contradição aponta novamente para a dificuldade de se reconhecerem como responsáveis por seus atos, transferindo, verdadeiramente, a culpa para o álcool quando o assunto são seus casos particulares, como se a substância realmente tivesse tirado sua capacidade de raciocinar. Contudo, ao falarem genericamente sobre os homens, sinalizam que o outro estava consciente de suas ações, negando que seja verdade que a bebida tenha interferido nas atitudes tomadas. O deslocamento da responsabilidade transforma-se em um mecanismo de defesa usado para minimizar o ato violento, preservando sua imagem perante a família e a sociedade, evitando o reconhecimento integral da autoria das ações.

Proveitoso lembrar que a bebida (ou outros tipos de drogas) são meros catalisadores, pois à “medida em que, pela ação no sistema nervoso central, estas substâncias tendem a inibir a censura, a pessoa passa a assumir condutas socialmente reprováveis.” (Brasil, 2002, p. 65). Ou seja, são aquilo que estimulam o ato, não se configurando como os causadores, já que elas não carregam o poder de

fazer com que efetuemos determinados atos, tudo o que é perpetrado sob o efeito delas mora em nosso subconsciente, o seu consumo apenas diminui a racionalidade aflorando aquilo que constantemente reprimimos quando sóbrios.

Desse modo, transferir a culpa para o consumo de álcool é um meio de vender os olhos para a verdadeira causa: a socialização masculina violenta que busca continuamente preservar um tipo de masculinidade tóxica, fruto da mentalidade hegemônica, pois não admite vulnerabilidade entre os homens, sendo que admitir um erro seria visto como um grande absurdo.

Essa pressão pela não exposição da vulnerabilidade foi identificada pelos próprios participantes do grupo, durante o 8º encontro do dia 26/10/2023. Nesse dia eles realizaram algumas reflexões sobre acontecimentos de suas vidas no qual puderam associar a comportamentos cotidianos, concluindo que “Existe uma cobrança para que o homem não seja fraco, não possa demonstrar emoções e que não reclame nunca” (Ana Carolina, out. 2023).

Além disso, o reconhecimento por parte dos integrantes do Projeto *Casulo* que “muitas vezes os homens estão conscientes do que fazem” (Ana Carolina, out. 2023)¹⁵ representa um avanço das ações do projeto na desconstrução da mentalidade machista. A reflexão sobre a cobrança de não demonstrarem sentimentos, atrelado ao reconhecimento da consciência do ato violento, sugere que o projeto criou condições para que eles refletissem a respeito de suas próprias justificativas e da rigidez de gênero que as sustenta.

No 13º encontro do dia 14/11/2023, os homens foram levados a opinar sobre uma hipotética prisão do personagem Venâncio: “de que modo ele retornaria? Melhor do que antes?” (Ana Carolina, nov. 2023), a resposta para essas interrogações foram unânimes, na visão deles o personagem sairia pior, talvez com um desejo de vingança muito forte. Pegando isso como gancho, contaram que alguns conhecidos foram presos e ao serem soltos voltaram traumatizados ou mais agressivos e impacientes – o que é um tanto irônico, pois quando questionados sobre o que fazer a respeito de quem comete violência, a resposta é sempre a prisão. De certa forma, esse comportamento reflete uma característica comum entre as pessoas: falta de imaginação para pensarmos em soluções mais eficazes para resolver conflitos.

Evidencia-se que a alta taxa de reincidência no Brasil é um fenômeno

¹⁵ Texto extraído do 5º encontro (18/10/2023)

complexo e multifatorial, sendo tanto reflexo de um sistema penitenciário defasado e com sérios problemas estruturais e administrativos, que priorizam a violência em detrimento de ações educativas e humanizadas, impactando em mudanças comportamentais efetivas, quanto fruto da desigualdade estrutural na qual a sociedade está firmada, produzindo marginalização e falta de oportunidades.

De acordo com Trindade (2003, p. 30), o sistema prisional é um dos maiores fracassos da sociedade, justamente porque

A pena de encarceramento, em absoluto, não representa para o delinqüente qualquer oportunidade de reintegração, na sociedade, [...] em vez de regenerar e ressocializar o delinqüente, degenera-o e dessocializa-o, além de pervertê-lo, corrompê-lo e embrutecê-lo. A prisão é, por si mesma, criminógena, além de fábrica de reincidência. [...], a prisão é uma verdadeira sementeira da criminalização.

Em geral, o sistema prisional não passa de mais uma ferramenta reprodutora da estrutura social vigente, realizada através do controle e violência dos apenados. Influenciando na perpetuação da “desigualdade de classe e da marginalidade [...] impedindo a integração das classes subalternas” no seio social (Trindade, 2003, p. 35).

Um elemento que salta aos olhos é que, imersos nesse sistema que se perpetua pela violência e pelo controle, o sentimento de injustiça domina a mentalidade dos homens ao adentrar no projeto, para eles as mulheres são favorecidas pela justiça. Em uma tentativa de esclarecer o verdadeiro intuito dela, especialmente referente à Lei Maria da Penha, no 7º encontro, realizado no dia 25/10/2023, aplicamos a dinâmica “Por que não existe a lei Mário da Penha?”, que se constituiu na ação de colocar os participantes em condições desiguais para disputarem uma caminhada até determinado ponto. Alguns com olhos vendados, outros com as pernas amarradas e outros sem nada que os prejudique na caminhada.

A dinâmica intenciona demonstrar como a justiça lida com as desigualdades, isto é, a maneira como ela tenta equiparar as oportunidades. A Lei Maria da Penha é uma forma de equilibrar as situações entre homens e mulheres, colocando-os no mesmo nível, sem prejudicar o público masculino, como muitos acreditam, sendo que seu intuito é defender com maior rigor o mais fraco.

Observando as memórias, é visível que em alguns instante ao longo do

percurso, os participantes demonstraram carregar o desejo de mudar seus comportamentos e mentalidades, especialmente quando reconheciam seus erros, porém, como já relatado, também estavam fixados em uma visão determinista, como se não houvesse possibilidade real de transformação, de modo que vivem em um verdadeiro paradoxo da mudança, oscilando em acreditarem não haver solução para seus atos e a vontade de se transformarem, tal qual a lagarta símbolo do projeto.

Ao encerrar esta seção, verifica-se o quanto a violência percorre toda a trajetória desses homens, não apenas como algo que cometeram, mas como um elemento que vivenciaram desde a infância, seja pelos castigos físicos relatados na discussão sobre educação violenta, seja nas memórias evocadas pela dinâmica do *cupcake*. Essa violência inicial moldou a forma como enxergam a vida e o modo como suas relações são construídas ao longo do tempo, criando um círculo perverso em que a estrutura social vigente construída por e para os homens, volta-se contra eles próprios, transformando-os simultaneamente em vítimas e algozes.

Um elemento evidente em toda a seção é como a repressão emocional tornou-se um mandamento masculino. A problemática é que sentimentos sufocados nunca morrem de fato, se tornam mais feios e decompostos quando voltam à tona, o que deveria ser uma pequena garoa transforma-se em uma tempestade agressiva e imparável.

Os sentimentos são universais, a vulnerabilidade por mais desconfortável que seja, precisa ser vivida e é nesse ponto que os grupos reflexivos surgem como espaços seguros para que esses homens tenham a chance de expressar aquilo que carregam dentro de si, conduzindo-os a refletir sobre elas, além de analisarem o quanto suas feridas podem ser o combustível para ações impulsivas. É também onde podem ressignificar seu lugar perante a justiça: longe de ser um sistema que favorece as mulheres, a Lei Maria da Penha e medidas como o Grupo Reflexivo buscam equilibrar uma balança historicamente desnivelada, ainda que muitos inicialmente se sintam lesados pela justiça, uma vez que enxergam as mulheres como as erradas, pois em sua visão, elas os provocaram a agir da forma que agiram.

Apesar de manifestarem pensamentos bastante contraditórios – o desejo de mudança versus a descrença na transformação alheia; e a crítica ao encarceramento entrando em choque com a falta de repertório para elencar outras possibilidades do que fazer com os transgressores da lei que não seja privá-los de

liberdade –, emergem lampejos de autorreconhecimento e vontade de mudar. No entanto, por baixo desse desacordo, conseguimos vislumbrar brechas que nos permitem vislumbrar a potencialidade do grupo reflexivo, não como solução milagrosa, mas como um ambiente favorável para perguntas necessárias onde, pela primeira vez, alguns conseguem enxergar a si mesmos para além da máscara estigmatizante do agressor.

Por fim, o que fica dessa análise é a percepção de que a desnaturalização da violência exige enxergar esses homens em sua complexidade, sendo produtos de uma estrutura que os violenta e, no mesmo instante, agentes que podem, mediante o reconhecimento da responsabilidade e o enfrentamento das estruturas, interromper esse ciclo.

6. NÚCLEO FAMILIAR: UM PROJETO DEFEITUOSO DO PATRIARCADO

Neste tópico abordaremos o elemento mais idealizado da sociedade ocidental capitalista, considerado o pilar da vida de todos os indivíduos, a fonte de um amor incondicional: a família. Apesar de ser uma visão bonita, não passa de utopia, os núcleos familiares são como vasos de decoração remendados, quando vistas a uma certa distância parecem perfeitas, mas ao nos aproximarmos, conseguimos visualizar as fissuras e as lascas que elas apresentam.

Essa idealização não é inocente; ela foi historicamente forjada e imposta, especialmente a partir do processo de colonização das Américas, quando a família patriarcal, monogâmica, heterossexual e cristã-europeia foi delimitada como modelo civilizatório único, em oposição às diversas formas de organização familiar e comunitária dos povos originários e africanos escravizados. A colonização não se limitou ao uso da força e da violência armada, mas também pela imposição de uma moral familiar específica que servia para controlar os corpos, sexualidade, reproduzindo a lógica do capital e da propriedade privada. Como bem ilustra Federici (2017, p.219 - 220)

Assim como a discriminação estabelecida pela “raça”, a discriminação sexual era mais que uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram da Europa com suas lanças e cavalos. Tratava-se, nada mais, nada menos, do que da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista [...]. No México e no Peru, onde o declínio populacional sugeria o incentivo do trabalho doméstico feminino, uma nova hierarquia sexual introduzida pelas autoridades espanholas privou as mulheres indígenas de sua autonomia e deu a seus familiares homens mais poder sobre elas. Sob as novas leis, as mulheres casadas tornaram-se propriedade dos homens e foram forçadas (contra o costume tradicional) a seguir seus maridos às casas deles.

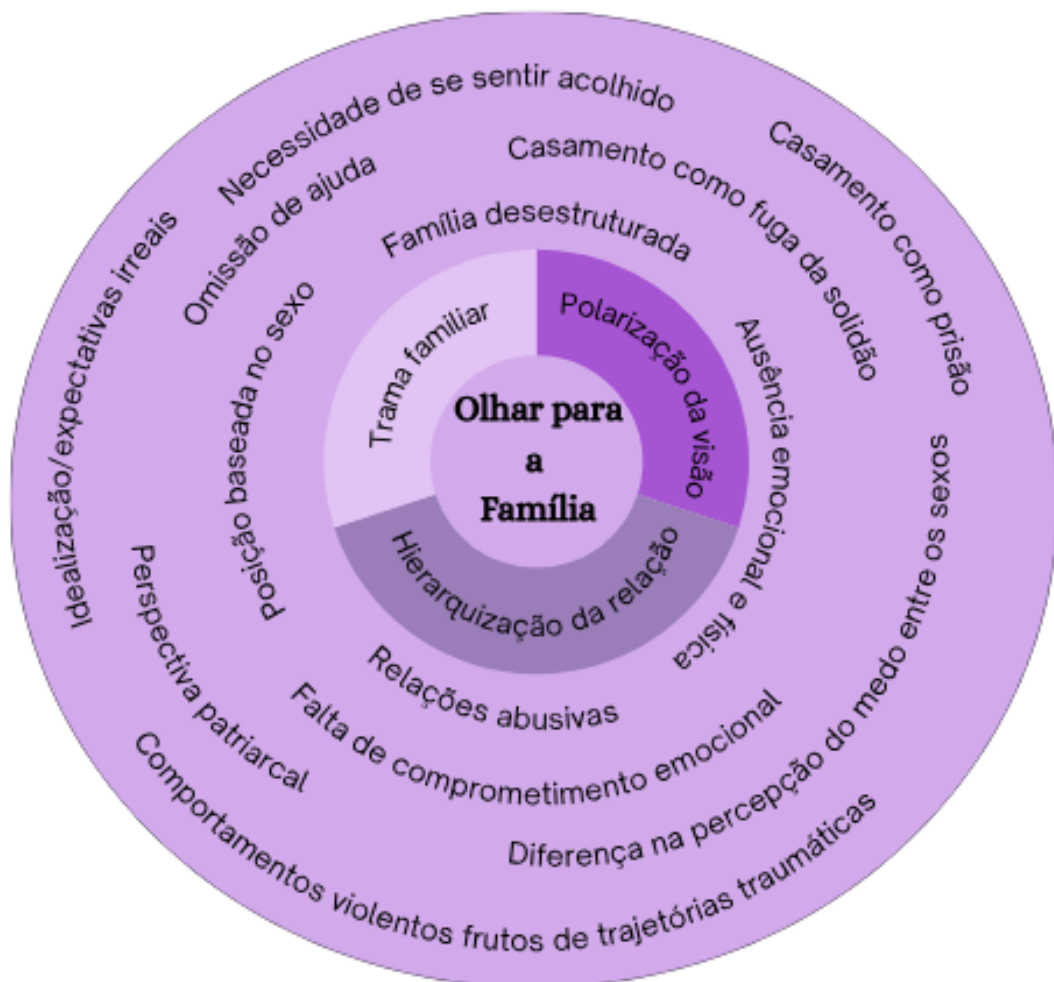
Como veremos mais adiante, o núcleo familiar está estruturado nos moldes patriarcais, auxiliando na manutenção do sistema social. É por isso que os setores considerados conservadores da sociedade “sempre tiveram como pauta a ‘defesa da família’, pois sabem que é por meio dessa instituição que uma série de violências e explorações é garantida” (Núñez, 2023, p.64). Por essa razão, a maneira mais eficaz

de combater a colonização seria “reconhecer que é justamente em nome do bem, da família e do amor que a maior parte das violências se perpetua” (Idem, 2023, 27).

A figura a seguir sintetiza como os homens do grupo reflexivo percebem e atribuem sentido à família. O tema central desdobra-se em três categorias que revelam uma trama composta por camadas profundas, demandando uma análise detalhada e contextualizada.

Figura 6 - Significado de família para os homens participantes do Projeto Casulo

Concepções Mobilizadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2025).

Perante o último tema de análise, podemos notar que as categorias aqui discutidas estão articuladas de maneira a desvelar como as dinâmicas simbólicas e afetivas trespasam o espaço doméstico auxiliando na sustentação da violência de gênero. Como pano de fundo, encontramos a trama familiar que propicia que os

papéis de gênero sejam transmitidos e reforçados, facilitando a reprodução de padrões agressivos e desiguais.

Dentro desse balaio, conseguimos identificar uma polarização da visão a respeito do casamento que leva a uma tensão nos relacionamentos derivada do contraste entre a necessidade individual dos sujeitos de suprirem suas carências pessoais e o choque de não tê-las atendido, por idealizarem demais o parceiro(a), o que resulta em uma dificuldade em manter os vínculos ativos. Tudo isso deságua na hierarquização das relações, ficando cada vez mais claro o domínio masculino em relação ao feminino, e assim conseguimos visualizar com mais limpidez como a família articulada dentro da lógica patriarcal perpetua a dominação masculina.

Diferentemente do que se imagina, a família e o modo como ela está organizada atualmente não é natural ou biológico,

mas produto de formas históricas de organização entre os humanos. Premidos pelas necessidades materiais de sobrevivência e de produção da espécie, os humanos *inventaram* diferentes formas de relação com a natureza e entre si. As diferentes formas de organização familiar foram, portanto, *inventadas* ao longo da história. Uma das formas de organização, centradas na figura masculina, foi a família patriarcal (Narvaz; Koller, 2006, p.49 - 50).

Conforme Balbinotte (2018), Narvaz e Koller (2006), as sociedades primitivas eram matricêntricas, estando centradas na figura feminina, não havendo uma hierarquia de gênero tão delimitada igual encontramos atualmente. Existia a divisão de trabalho que estava baseada na dependência mútua, sem uma desigualdade imposta entre grupos masculino e feminino.

O ponto de virada, o instante em que as mulheres perdem o seu status de igualdade com os homens nas sociedades ocidentais, ocorre por meio de três situações: a força física deles ganhou destaque diante dos trabalhos braçais; no momento que as comunidades nômades passaram a estabelecer moradia fixa, influenciando no surgimento da propriedade privada, juntamente com o sentimento de posse; e, principalmente, a descoberta do papel masculino na reprodução (Balbinotte 2018; Narvaz e Koller, 2006).

A percepção da contribuição do homem para a reprodução humana remete àquilo que Pateman (1993, p. 58) explicou que “não há dúvida quanto à maternidade. A mulher que dá à luz é a mãe, e uma mulher não pode desconhecer

que deu à luz um filho; a maternidade é um fato natural e social.” O que não ocorre com a paternidade. Depois que o óvulo é fecundado, a figura do homem perde a sua relevância, tornando-se algo incerto. Na tentativa de eliminar sua própria alienação sobre a legitimidade e posse de seus filhos, eles criaram as organizações políticas que institucionalizam a ideia de que os homens são seres criadores, que geram vida, enquanto as mulheres *simplesmente* dão à luz. Essa nova consciência obtida pelo público masculino, resultou no controle da sexualidade e do corpo das mulheres no intuito de garantir herdeiros legítimos, “instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho” (Narvaz; Koller, 2006, p. 50).

A partir daí, na sociedade greco-romana, a família converte-se em instituição e passa a ser centrada na figura do homem, onde o “patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles” (Narvaz; Koller, 2006, p. 50). Relevante apontar que ao falarmos *patriarcado* não nos referimos ao poder do pai, mas “dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social” (Narvaz; Koller, 2006, p. 50).

Enfatiza-se que, nesse período, os relacionamentos, influenciados pela filosofia platônica, não tinham apenas a função sexual e reprodutiva, sendo visto também como um impulso emocional, espiritual e intelectual – como se a busca e o encontro dele se transformasse em um caminho para os indivíduos alcançarem a sabedoria plena. Parte das relações concentravam-se em torno do afeto e a outra servindo como instrumento social para manter a ordem (Costa, 1998 citado por Guedes; Assunção, 2006). Ou seja, tratava-se

de uma construção subjetiva que procurava submeter o sujeito às necessidades da *polis*, ou seja, a uma estratégia política, pois a manutenção da família era considerada base para a sociedade. Por isso, a separação de um casal (que era divulgado socialmente, quando os parceiros formavam família) era encarada como problema social. Geralmente, a separação dava-se por dois motivos: adultério, esterilidade, principalmente da mulher. Continuar com uma esposa adúltera era uma desonra intolerável perante a sociedade, visto que ia de encontro ao ideal estético. (Idem, 2006, p. 399).

Ao mesmo tempo que na Idade Média houve avanços significativos nas ciências, artes e literatura por intermédio das mulheres que viviam nos mosteiros, também traduziu-se em um período onde ocorreu uma das maiores chacinas da

história, iniciada pela Igreja Católica e continuada pelos protestantes: a Caça às Bruxas, que traduziu-se na perseguição e assassinato desenfreado de mulheres com a desculpa de que elas eram *bruxas* por carregarem consigo saberes e conhecimentos considerados demoníacos pelos religiosos da época. Porém, a grande verdade é que a Igreja desejava reprimir a subjetividade e sexualidade femininas na intenção de enquadrá-las nas regras do pensamento dominante. Esse instante de terror marca o início da Era Moderna na Europa iniciando-se no final do século XIV e se alastrando até meados do século XVIII (Balbinotti, 2018; Federici, 2017).

Nesse momento histórico, a ideia de casamento estava envolta nos parâmetros judaico-cristãos onde pregava-se um modelo de vida casto, o amor estava direcionado somente a Deus e quando destinado a alguém, deveria ganhar essência fraterna para então os indivíduos poderem ser dignos de salvação (Guedes; Assunção, 2006).

Assim, a sexualidade seria desestabilizadora da doação de confiança, consideração e aceitação do outro, pois remetia ao pecado da volúpia, buscando prazer e êxtase em si e no outro, quando só deveria ser alcançado no contato com Deus. Neste momento histórico, a separação do casal, depois de sacramentada a união, só seria aceita com a morte de um dos cônjuges ou o uso de sensualidades ilegais (Guedes; Assunção, 2006, p. 419).

O conceito da separação estava dividido em dois: alguns clérigos defendiam que o adultério seria uma justificativa plausível para a separação, porém, não poderia haver uma nova união, outros afirmavam que os casamentos não deveriam terminar de modo algum, ocasionando em uma tolerância à prostituição (Guedes; Assunção, 2006). “Assim seria possível manter a sacralidade do lar. Sem elas, haveria a sodomia e a virtude feminina decairia, pois os homens poderiam exercer a arte erótica com suas esposas.” (Guedes; Assunção, 2006, p. 402).

No feudalismo, as relações eram formadas por meio de negociações familiares devido ao fato de que as heranças não eram distribuídas aos filhos dos senhores feudais após sua morte. Por isso, as famílias abastadas realizavam casamentos arranjados entre si, para garantir que seus descendentes continuassem a ter uma vida de luxo (Guedes; Assunção, 2006). Nesse cenário surgiu o amor

cortês que significou uma “oposição à idéia de que essa união não deveria se pautar, tão somente, no amor negociado. Pelo contrário, valorizou-se um enlace, como sentimento individualizado, deixando de lado uma idéia de amor anterior de união comercializada” (Guedes; Assunção, 2006, 401). Ele articulava-se em torno “de um amor cujo objeto era [...] amar uma mulher já determinada a casar com outro. O amor cortês nada mais foi do que uma forma aceitável de contravenção aos costumes” (Guedes; Assunção, 2006, 401)

Com o advento da Revolução Industrial ocorreu o êxodo rural (as pessoas migraram do campo para as cidades) e a consolidação do sistema capitalista, nele apenas uma parcela mínima da sociedade estava em posse de toda a riqueza, permitindo

a esta minoria pagar salários para que os pobres produzem quantidades cada vez maiores de mercadorias. Mercadorias são bens e serviços que se vendem no mercado. Com o regime de salariedade, a própria força de trabalho (energias físicas e mentais utilizadas na atividade trabalho) passou a ser uma mercadoria. Os não-proprietários dos meios de produção vendem sua força de trabalho. Isto é, o patrão tem direito de usar a força de trabalho do empregado por um determinado espaço de tempo, pagando-lhe o salário combinado. Assim, o que o trabalhador vende não é trabalho, mas sua capacidade de trabalhar que é usada pelo patrão durante o tempo legalmente determinado (Saffioti, 1987, p. 40).

O cerne da questão é que a mentalidade patriarcal manteve-se viva, porque o sistema capitalista a sustentou e a intensificou, o que tornou ainda mais complicado visualizar as dinâmicas de opressão nas relações entre homens e mulheres (Maroneze, 2021). Somando-se a esse cenário, temos a ideologia machista que sustenta a dominação masculina, justificando a divisão entre o público e o privado, alimentando a crença da superioridade do homem, além de estar intimamente unida à perpetuação do patriarcado (Saffioti, 1987; Balbinotti, 2021).

Enquanto essas transformações (e permanências) no modo de enxergar a sociedade e as interações humanas aconteciam, também surgiu uma nova noção de amor: o romântico, sendo bastante idealizado, identificando o amor como algo individual, sem muita influência da dimensão pública (Guedes; Assunção, 2006). Apesar de tudo mantinha-se

Sustentado pela igreja e justificado pelas transformações sofridas entre o feudalismo e o projeto civilizatório burguês, as pessoas seriam unidas pelo sentimento de amor individualizado, formando família sobre as premissas de um contrato de relação fundamentadas na fidelidade, procriação, exclusividade eterna, dever do homem em prover a família (e paradoxalmente, que permita ao homem ter relações extraconjugais) (Guedes; Assunção, 2006, p. 419 - 420).

Na contemporaneidade, o conceito de amor romântico está em voga vinculado à imagem do “amor eterno, único e inteiramente fiel, no sentido do corpo e da alma” (Guedes; Assunção, 2006, p. 403). Contudo, essa ideia é uma pouco destoante da forma como as relações amorosas são construídas atualmente, a começar pela constatação de que o vínculos amorosos estão cada vez mais efêmeros e instáveis, havendo uma ambiguidade: ao mesmo tempo que os indivíduos desejam intimidade, portam-se de forma individualista, narcisista como se somente o *eu* merecesse atenção e o outro fosse um elemento facilmente substituível, sem identidade própria, tornando as relações superficiais, sem uma base sólida (Guedes; Assunção, 2006).

O conceito de *amor romântico* estimula o nascimento da idealização/expectativas irreais, basicamente porque implanta na cabeça das pessoas uma ideia de união perfeita, associada a um padrão de família a ser reproduzido, espelhando o núcleo familiar tradicional: pai, mãe e filhos. Essa disparidade entre idealização e realidade foi percebida pelos participantes no 8º encontro do dia 26/10/2023. Eles descrevem que, no começo, “tudo é flores” (Ana Carolina, out. 2023), mas que, inevitavelmente, a relação muda com o tempo.

Complementa-se que há uma concepção de que o amor é capaz de sustentar a relação superando as dificuldades em prol da união, além dos sujeitos carregarem consigo a esperança de que a família ofereça constantemente o sustento, carinho, cuidado e moradia, aspectos que nem sempre são supridos (Fujioka, 2009; Cardoso et al., 2020).

O culto à autossuficiência entra em choque com a ideia de que o amor deveria ser uma ferramenta para nos livrarmos da solidão – do vazio existencial que todos (ou a maioria dos seres humanos) carregam dentro de si. O medo de ficar sozinho corrobora com o que os participantes alegaram, compactuando com a ideia de casamento como fuga da solidão: “Tinham medo da solidão e não queriam ficar sozinhos, por isso pretendiam formar uma família para suprir esse desejo interno.”

(Ana Carolina, nov. 2023)¹⁶

A grande questão é que a ânsia por ter alguém que os preencha, induz os indivíduos a elaborarem sua identidade e autoestima ligadas totalmente ao outro, tornando-os dependentes da validação e reconhecimento do parceiro(a). Nas situações que não há um retorno favorável desse validamento, o sentimento se torna submisso, egoísta e frágil – submisso, porque a maneira como os sujeitos se enxergam, dependerá exclusivamente de como o outro reage, de forma que qualquer abalo na relação, ou afastamento, põe em xeque o valor próprio, resultando em insegurança.

Todavia, torna-se egoísta já que tudo gira em torno de si mesmo, o único que merece atenção, além de ter todos os desejos saciados; o companheiro(a) nunca tem vez, suas vontades e interesses sendo descartados, pois sua função deve ser para com o parceiro(a) e em saciar o vazio que ele(a) carrega; em situações que suas ações não seguem essa linha comportamento, a pessoa é descartada, conectando-se à visão de fragilidade e, conseqüentemente, falta de comprometimento emocional (Guedes; Assunção, 2006), refletindo naquilo que os participantes destacaram que no início do relacionamento há bastante envolvimento de ambas as partes, porém, com o passar dos dias o casal começa a se distanciar.

O casamento como prisão torna-se realidade quando não há o *descarte* do outro. O casal tende a continuar na relação mesmo sem sentir amor, e isso pode ser fruto de “interesses pessoais, conveniências, medo da solidão, vaidade e dependências.” (Fujioka, 2009). Isso resulta naquilo que os homens do GR-I manifestaram ao comentarem que se “sentiam presos dentro de um relacionamento”. Com o tempo, o sentimento de enclausuramento leva ao desgaste, fazendo com que as crises se tornem cada vez mais constantes, estando envoltas a insultos e até abandono do núcleo familiar, provocando ausência emocional e física. Alguns participantes comentaram que “havia se afastado de suas famílias” (Ana Carolina, nov. 2023)¹⁷ desestruturando ainda mais a união.

Em geral, o núcleo familiar é constantemente concebido como um espaço acolhedor, pacífico, constituído por indivíduos que se amam, ou seja, o que deveria ser a regra, torna-se a exceção e isso pode ser observado a partir das falas dos

¹⁶ Trecho extraído da memória do 10º encontro (01/11/2023)

¹⁷ Trecho extraído da memória do 10º encontro (01/11/2023)

participantes do grupo ao serem perguntados, durante o 9º encontro, o dia 31/10/2023, sobre o que significava família: “Algumas são um desgrama¹⁸; “Algumas são desunidas”; “Algumas são gananciosas” (Andressa, out. 2023)

Esses comentários revelam visões negativas em relação à família: aqueles que a definem como *desgrama*, parecem carregar muita raiva e frustração, sugerindo uma vivência familiar marcada por conflitos e até violência. Quando citam a desunião, podem estar indicando isolamento, como se ela não representasse um lugar de acolhimento, mas sim, desconexão. Por último, os que frisam que as famílias são *gananciosas*, nos direciona a pensar que para eles os núcleos familiares são pautados majoritariamente por interesses materiais, não por afeto ou zelo.

Todo esse cenário nos remete ao conceito de família desestruturada, que, segundo Santos (2020, p.13), apresenta como fatores integrativos a “carência emocional e afetiva, [favorecendo o surgimento de] respostas negativas em muitos laços familiares”. Ainda segundo a autora, a carência afetiva, “pode surgir desde a infância, quando a própria família (pais e/ou principais responsáveis), podem contribuir para o desenvolvimento de distúrbios de comportamento, emocional e de personalidade” nas crianças/adolescentes (Santos 2020, p.13).

Não é novidade que as relações abusivas, inseridas no contexto familiar, são a causa da grande maioria dos casos de violência doméstica. Por vezes, suas manifestações têm o significado deturpado ao ponto de serem reconhecidas como demonstrações de carinho e proteção. Justamente por essa compreensão enviesada, as atitudes agressivas são banalizadas e tratadas como normais (Vieira et al., 2019). De acordo com Lemos (2016) citada por Vieira et al. (2019, p. 04) “o relacionamento abusivo ocorre através da relação em que um assediador manipula, humilha e controla a vítima, fazendo-a com que se sinta culpada pelo que acontece de ruim no relacionamento.” Esse mecanismo influencia a vítima a permanecer naquela situação degradante, sentindo-se cada vez mais acuada e indefesa.

A complexidade das relações, onde a violência se manifesta como controle mútuo, foi discutida no grupo. Os mediadores salientaram a necessidade de conversar com os parceiros para a manutenção da confiança entre si. Durante a conversa sobre ciúmes ocorrida no 12º encontro do dia 09/11/2023, um dos participantes comentou que muitos homens têm medo de perder as mulheres, o que

¹⁸ Seria uma variante de desgraça.

fez com que apontássemos que uma pessoa muito ciumenta detém inseguranças interiores e necessita reconhecer o seu próprio valor. Nessa parte, um dos participantes se manifestou relatando que, certa vez, foi esfaqueado pela ex-companheira em uma comemoração de fim de ano por ciúmes. O relato, embora surpreendente, serviu para ilustrar como a baixa autoestima pode ser a catalisadora da violência e do controle, independentemente do gênero de quem o pratica.

Perpetua-se no imaginário popular a ideia de que *em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*, conduzindo para o que podemos chamar de omissão de ajuda e conseqüentemente à manutenção da violência. Os próprios participantes expressaram que “não se envolveriam em uma briga e deixariam a mulher apanhar, por receio de intrigas”. Um deles chegou a dizer em voz baixa que “Não digo nada e não me meto” (Ana Carolina, out. 2023)¹⁹.

Todas essas recusas em prestar auxílio ilustram uma problemática que é histórica, além de demonstrar o descaso e a banalização referente à violência doméstica. Santos (2020) alega que grande parte das mulheres que sofrem violência doméstica, negam-se a denunciar ou a pedir qualquer tipo de suporte. A pesquisadora acrescenta alguns motivos para a continuidade da violência de gênero:

1. Cultura machista: reforça a concepção de que a família/o casamento pertencem à esfera privada, de responsabilidade do homem, não devendo sofrer nenhuma interferência externa. Trata com normalidade a submissão da figura feminina em detrimento da masculina. O silêncio transforma-se em cumplicidade - as pessoas em volta do casal passam a ter receio de sofrer represália do autor de violência, internalizando que a briga alheia não lhes diz respeito.
2. Dependência financeira: sem ter como se sustentar, a vítima se vê obrigada a permanecer ao lado de seu violentador.
3. Vergonha e medo: pode ser tanto o medo de sofrer mais agressões por parte do marido, caso descubra que ela o denunciou ou receio de como a sociedade a tratará, pois existe um estigma intenso sobre a mulher quando expõe os maus tratos, podendo ser considerada aquela que apanhou do

¹⁹ Texto extraído da memória do 5º encontro (18/10/2023)

companheiro, a que fracassou em manter o casamento etc. Isto é, a omissão seria o desejo de autoproteção contra o julgamento social.

Como vimos em páginas anteriores, os sujeitos que são expostos desde muito cedo a ambientes repletos de conflitos e violência tendem a reproduzir tais condutas, apresentando, assim, comportamentos violentos fruto de trajetórias traumáticas, justamente porque ninguém os ensinou a resolver os desentendimentos de outra maneira. Por várias vezes conseguimos identificar tal alegação refletida nos participantes durante os encontros, no capítulo “Rachaduras: o que há por trás da máscara da masculinidade?”, por exemplo, discutimos duas ocasiões que revelaram as marcas das agressões experienciadas: ao debaterem sobre a educação violenta - se ela é eficaz ou não - e durante a dinâmica dos *cupcakes*.

Em conversas com os participantes, percebemos a profunda necessidade de se sentirem acolhidos. Não é de hoje que os sentimentos masculinos são negligenciados, e isso aparece na memória do encontro 8º do dia 26/10/2023 quando ocorre o evidenciamento de que muitas vezes os homens “são deixados de lado e suas emoções são reprimidas, perdurando em um silêncio que dura a vida toda. Um dos homens disse: ‘Sentia falta de um pai, meu padrasto me ensinou a ser homem’”. (Ana Carolina, out. 2023).

O trecho destacado acima retoma a ideia de que os homens também precisam de uma figura paterna para se espelharem e se sentirem vistos.

O acolhimento deveria ser um dos principais elementos dentro das famílias. Contudo, essa realidade não corresponde à maioria dos contextos, o que gera indivíduos feridos emocionalmente. Eles passam a vida inteira procurando uma forma de receber a atenção que não obtiveram de seus cuidadores. Esta busca – na tentativa de preencher um vazio de anos – torna-se um dos possíveis motivos para se envolverem ou construírem relacionamentos ruins e ociosos, não conseguindo suprir a carência que sentem, além de perpetuar o ciclo de insatisfação.

No 5º encontro, realizado no dia 18/10/2023, ao discutirmos uma das reflexões enviadas para casa, na qual eles deviam perguntar a algumas das mulheres de seu convívio qual seria o maior medo delas, podemos notar a nítida diferença na percepção do medo entre os sexos:

Todas elas, independente da idade, responderam que era ser

violentada sexualmente. Quando perguntados qual seria o receio dos homens, responderam “[...] que tinham medo de ficarem desempregados, perderem suas famílias, depender dos outros, solidão, entre outros (Ana Carolina, out. 2023).

Notamos que o medo feminino é o de ter a sua integridade física violada, enquanto a dos homens está focada em não fracassar nos papéis sociais que lhes são impostos, ou seja, não desejam que sua masculinidade/identidade social seja posta à prova.

Dois pontos curiosos a serem avaliados a partir da realização dessa atividade e das conversas que elas desencadearam foi que, segundo o que disseram os participantes, as figuras femininas contactadas tinham idades diferentes, demonstrando que o medo de serem abusadas sexualmente é universal, sendo um receio compartilhado por todas as mulheres, independente da faixa etária. Revela ainda o quanto a segurança social é falha e tolerante aos casos de violência sexual. Já a lista de receios masculinos, estando assentada nas questões econômicas, transparece que o desemprego não atinge somente a parte financeira, mas põe em crise a sua identidade masculina. Complementa-se que a perda da família e a sensação subsequente de solidão, expõe a fragilidade emocional surgida através dos fatos anteriormente discutidos de repressão emocional, a cobrança para que o público masculino seja sempre forte e autossuficiente, resultando em um pavor silêncio do abandono, pois não lhes foi ensinado a construir uma rede apoio emocional.

Novamente os participantes manifestam a perspectiva patriarcal ao defenderem inconscientemente uma posição de poder baseado no gênero, salientando que “o homem é mais, é superior, cuida da mulher e da família”. Basicamente essa frase seria a síntese direta da ideologia machista-patriarcal. Com esse comentário eles estão estabelecendo uma hierarquia de valor, onde o masculino é superior ao feminino, os homens seriam mais inteligentes e melhores líderes, além de abrir a possibilidade para a opressão, pois se eles são superiores, tudo bem estarem sempre no controle, decidindo pelo outro.

No entanto, mesmo sinalizando o alto grau de vaidade dos homens, a frase esconde uma obrigatoriedade e a pressão em ser o provedor, aquele que cuida e protege; eles não têm escolha, precisam estar sempre performando essas características. O comentário também revela uma ideia de controle disfarçado de

cuidado: se os homens são os responsáveis pelo sustento da casa e de todos que moram com eles, estariam no direito de tomar todas as decisões, restringir a autonomia e a liberdade da mulher e dos filhos, influenciando na perpetuação do ciclo de dependência.

Ao definirem que são superiores, internalizam que estão terminantemente proibidos de solicitar ajuda ou demonstrar cansaço, impedindo que construam laços emocionais saudáveis e facilitando cada vez mais explosões de violência na tentativa de mostrarem a sua autoridade.

Ao chegarmos no final desta seção, notamos que os conceitos de família e amor não são fixos, modificando-se em consonância com as transformações que os seres humanos e a sociedade foram passando ao longo do tempo. Porém, observa-se que há um elemento que molda a estrutura familiar até o presente momento: a perspectiva patriarcal surgida nas civilizações grego-romanas que pregavam a superioridade da figura masculina do pai, sendo considerado dono de seus filhos, esposa e empregados.

Essa modelo perpetuou-se ao longo das gerações, chegando ao seu ápice com o advento da primeira Revolução Industrial, quando o capitalismo transformou-se no pilar mais importante da sociedade, tornando mais difícil a visualizar as relações de opressão entre homens e mulheres e solidificando a superioridade masculina no imaginário popular.

A ideia de amor e, conseqüentemente do casamento – trespassados pelas ideias machistas-patriarcalistas-capitalistas – ganha, na modernidade, um caráter totalmente idealizado e tóxico. É nessa união de sujeitos quebrados, desejando que o outro os complete, extremamente inseguros e trazendo consigo uma lista interna de características, que os homens e mulheres devem cumprir para poderem se enquadrar nos papéis de gênero demandados pela sociedade, que os núcleos familiares nascem de forma bastante problemática. Induzindo o nascimento de uma geração que, se não for levada a refletir sobre sua criação, acabará reproduzindo as mesmas ações e pensamentos violentos de seus pais ou responsáveis.

Por isso o GR-I torna-se importante, pois auxilia os homens a reconhecerem como a família foi o primeiro espaço de socialização que vivenciaram, seja como vítimas da violência ou como testemunhas da hierarquia de gênero. O ambiente construído no projeto, possibilita que consigam identificar a origem de certos comportamentos violentos e controladores; compreendam que a figura do *provedor*

ou *chefe de família* é uma construção social, não uma verdade absoluta e natural; e assumam a responsabilidade de interromper ciclos de violência que estão se repetindo há gerações.

Desse modo, o Projeto *Casulo* atua como um grande rio de águas calmas, no qual podem se enxergar na superfície e analisar criticamente sobre si mesmos e a própria família, compreendendo como a estrutura social influenciou na construção das pessoas que são hoje e, a partir desse autoconhecimento, construir um novo caminho, se assim desejarem. Em síntese, podemos observar, no discurso dos participantes, que a ideia de família apresenta uma conotação bastante negativa, divergindo da concepção romântica e irreal que a sociedade costuma disseminar. Entretanto, essa visão marcada pela hostilidade e pela desilusão, anda em paralelo com a análise teórica que evidencia a estrutura familiar como um meio reprodutor da estrutura social vigente e das desigualdades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, percebe-se a complexidade de se trabalhar com Grupos Reflexivos e a profundidade histórico-social envolvendo a violência doméstica, sendo um ato que vai além da ação objetiva de agressão à companheira, pois é fruto de uma estrutura social machista que dissemina a perspectiva de uma supremacia masculina, moldada em ensinamentos violentos e na desvalorização e exploração naturalizada da figura feminina, vista como mero objeto sexual.

Através das falas dos homens que compuseram o primeiro grupo reflexivo conduzido pelo Projeto *Casulo*, percebemos como a concepção da figura feminina está imersa na violência e discriminação, já que traços considerados pertencentes ao seu universo são totalmente negados por eles. Porém, é notável o quanto não fazem ideia da violência que cometem, justamente por terem sido socializados de forma que ela se tornou comum. Contudo, em certos instantes é possível notar brechas em suas perspectivas machistas, revelando o quanto os Grupos Reflexivos são espaços propícios para levá-los a questionar a naturalização da violência, mesmo que em certos instantes haja uma retomada da lógica patriarcal.

Quando entramos em contato com a visão deles do que seria um homem e o modo como isso foi-lhes ensinado, percebemos que mais uma vez a violência se faz presente como um fantasma que se recusa a ir embora e os acompanha durante toda a sua trajetória, influenciando como agem e enxergam a vida. A partir de seus relatos, o tipo de educação predominante na infância foram os castigos físicos e como não receberam outro tipo de educação, passaram a utilizar-se da violência para resolver seus problemas.

O arranjo da estrutura social impõe ao universo masculino a repressão emocional, fazendo-os considerarem que qualquer atitude que foge da performance do sujeito blindado de emoção é visto com maus olhos, mas a verdade é que os sentimentos não pertencem somente a um dos gêneros, mas a todos os indivíduos. Sendo nesse ponto que os Grupos Reflexivos podem ser de extrema importância, pois quando bem conduzidos, transformam-se em um espaço que os homens podem se sentir confortáveis em expor aquilo que guardam dentro de si, tendo a oportunidade de analisar melhor aquilo que escondem e entender como os sentimentos podem guiar a forma como lidam com as situações.

Ao voltarmos nossa atenção para o conceito de família e amor, percebemos que ambos também são uma construção social, se adequando ao momento histórico

que a humanidade está vivendo. Todavia, existe uma característica que permanece presente em todas as variações sofridas: a influência da visão patriarcal, pregando que a figura masculina é superior, a mulher, filhos e empregados são obedientes a ele. Nos tempos modernos, esse modelo ganha mais força por causa do capitalismo – a divisão entre o público e o privado se intensifica, as relações se tornam mais rasas e superficiais, os sujeitos se transformam em mercadorias que devem servir para nos satisfazer se não cumprem com seu “dever” precisam ser descartados. As uniões tornam-se tóxicas devido a combinação entre idealização de que o parceiro preencherá o vazio individual e a influência dos rígidos papéis de gênero impostos pela sociedade.

Novamente os Grupos Reflexivos são uma medida necessária, pois ajudam os homens a perceberem como a família foi seu primeiro espaço de socialização e que muitas vezes ela foi feita de maneira violenta. No grupo, os participantes têm a chance de identificar a origem de alguns comportamentos agressivos; podem perceber que a imagem de chefe da família é apenas uma invenção social, não uma configuração imutável, além de poderem reconhecer o ciclo de violência estão constantemente reproduzindo.

Seria interessante apontar que em todos os grandes temas analisados, há um elemento que se repetiu consistentemente e se provou ser o ponto de partida para a intervenção: a contrariedade. Essa contradição se manifesta em diversas ocasiões: desde o reconhecimento do perigo que a figura masculina representa para as mulheres em contraste com a alegação de que elas são *naturalmente fracas*, até a visão pessimista de que um autor de violência dificilmente muda, mesmo estando participando do grupo e sendo levados a efetuar uma autoanálise. A mesma dualidade surge no desejo de preencher o vazio através do casamento, enquanto sentem a união como uma prisão. É justamente nessa contradição que reside a necessidade e a eficácia do Grupo Reflexivo, ao expor a incongruência entre a consciência e a prática, forçando os participantes a confrontarem suas crenças mais profundas.

Evidencia-se que a contradição não é algo ruim, mas responsável por mostrar que a transformação não é linear, sendo composta por avanços, retrocessos e tensionamentos. O grupo reflexivo não está construído para oferecer respostas prontas, mas para abrir espaço para o questionamento.

Um elemento que salta aos olhos em vários momentos na pesquisa, são as manifestações de compreensões machistas do mundo que os homens carregam consigo e acabam sendo exteriorizadas quando os encorajamos a falar. Alguns exemplos desses comentários: “mulher gosta de apanhar” ou “os homens são superiores”. São frases que causam desconforto e indignação. Nesses instantes, a equipe precisa manter o controle e o foco, pois se os participantes não se sentirem à vontade para expor seus pensamentos, as chances de debate e reflexão são perdidas e, conseqüentemente, a possibilidade de repensarem seus valores e opiniões. Essa abertura é o diferencial dos Grupos Reflexivos, o que o distancia de uma palestra em que os espectadores apenas escutam o palestrante sem diálogo, ou da prisão, ambiente focado apenas na punição dos sujeitos.

Importante ressaltar o papel da obra *Tudo é Rio*, de Carla Madeira. A narrativa rica em temas como: violência doméstica, ciúmes, perdão, a complexidade das relações afetivas tornou-se um potente mediador das discussões. A partir dela conseguimos discutir a problemática da violência sem que abordássemos diretamente o caso pelo qual estavam respondendo. Esse distanciamento proporcionado pela ficção facilitou o aprofundamento das temáticas, por permitir uma reflexão despersonalizada, fazendo com que o enredo se tornasse uma base segura para a compreensão das próprias experiências e fragilidades.

Evidencia-se que trabalhar com os autores de violência de gênero é mais tranquilo do que realmente parece, apesar de não ser isento de dificuldades. A experiência prática com os participantes do GR-I revelou a necessidade de superar os pré-conceitos iniciais, já que nos primeiros encontros, carregava certos receios em relação a eles. Porém, à medida que os dias foram avançando, percebe-se que os indivíduos não se resumem à figura do “monstro” - como muitos os enxergam -, revelando-se como sujeitos marcados por erros e por uma realidade social específica em que nasceram e foram socializados.

O estudo da violência doméstica, portanto, é um processo que evoca um misto de sentimentos: ao mesmo tempo que mobiliza a revolta inerente à temática, também exige a expansão da mentalidade e as compreensões da complexidade histórica e estrutural que envolvem o fenômeno.

Desse modo, é possível afirmar que a presente pesquisa cumpriu seu objetivo ao mapear as manifestações da violência de gênero a partir da concepção dos homens participantes do Projeto Casulo. O trabalho ajuda a entender que os grupos

reflexivos, aplicados como alternativa penal ao cárcere privado, são essenciais para o combate à violência numa perspectiva estrutural, pois oferecem um ambiente seguro, educativo e descontraído, onde os homens podem se despir das amarras sociais e se abrirem para o surgimento de uma nova perspectiva, menos violenta e mais humanizada. Durante os encontros podem analisar criticamente suas biografias e compreender como a estrutura patriarcal os moldou para serem como são, mas que há possibilidade para ressignificarem sua trajetória e se tornarem sujeitos mais conscientes, munidos das ferramentas necessárias para construir novos começos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.
- BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3 ed. Maringá: Eduern, 2009.
- BARCINSKI, Mariana; CAPRA-RAMOS, Carine; WEBER, João Luís Almeida; DARTORA, Tamires. **O marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino**. *ex æquo*, n. 28, p. 87–100, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 96 p. (Série Cadernos de Atenção Básica, n. 8. Série A: Normas e Manuais Técnicos, n. 131). ISBN 85-334-0436-0.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor**. Brasília: SPM, 2011. Disponível em:
<https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/01/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf>.
Acessado em: 01 de agosto de 2025.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1º ed., 2006.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995.
- DUTRA, Paula Queiroz. **Entre a dor e o silêncio: a violência contra a mulher em romances contemporâneos**. 2019.
- DE JESUS, Daíra Andrea; DE SOUZA GHISLANDI, Fernanda. Discriminação, culpabilização e a revitimização em razão do gênero. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FARIAS, Zaira Ary. Marianismo como "culto" da Superioridade Espiritual da Mulher: Algumas indicações da presença deste estereótipo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20/21, n. 1/2, 1989/1990, p. 113-133.
- FARIAS, Mariana Gonçalves. **Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: subtipos femininos e variáveis correlatas**. 2019. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41556>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- FUJIOKA, Thais Ribari et al. **Solidão na relação conjugal: Um estudo fenomenológico**. 2009.

GUEDES, Dilcio; ASSUNÇÃO, Larissa. Relações amorosas na contemporaneidade e indícios do colapso do amor romântico (solidão cibernética?). **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 6, n. 2, p. 396-425, 2006.

GOMES, Carlos Magno Santos. **Marcas da violência contra a mulher na literatura**. 2013.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo Mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro, 2018. Rosa dos Ventos.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, Paulo Victor Leite; LEITE, Fabiana. Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública. **Rio de Janeiro: iser**, 2013.

MARONEZE, Aline Rodrigues. Patriarcado, desigualdade de gênero e violência: o papel da mulher na sociedade contemporânea. **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião**, v. 7, n. 1, p. 162-176, 2021.

MELLO, Dilma M.; FERNANDES, Gilmar M. F.; SOUZA, Valeska V. S.; BENGZEN, Viviane C. (org.). **Pesquisa narrativa**: a experiência de tornar-se um(a) pesquisador(a) narrativo(a). 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

MADEIRA, Carla. **Tudo é Rio**. Editora Record, 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, p. 49-55, 2006.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. Paidós, 2023.

PRATES, Paula L.; ANDRADE, Leandro F. Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico. **Seminário Internacional fazendo gênero**, v. 10, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRADO, Ernande Valentin do et al. Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. **João Pessoa: Editora CCTA**, 2017.

QUEM MATOU ELOÁ? Direção: Livia Perez. São Paulo: Descoloniza Filmes, 2015. 24 min. Documentário. Link: https://www.youtube.com/watch?v=4lqlaDR_GoQ.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 171-188, 2011.

SANTOS, Willian Lima. **O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário**. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SILVA, Maria Aparecida Alves da. **A violência física intrafamiliar como método educativo punitivo-disciplinar e os saberes docentes**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

SOMBRIO CARDOSO, Alexandra et al. Representações sociais da família na contemporaneidade: uma revisão integrativa. **Pensando famílias**, v. 24, n. 1, p. 29-44, 2020.

SANTOS, Isabel Cristina Pereira. **Violência familiar e sua influência na desestruturação da família**. 2020.

SOARES, Cecília Teixeira; GONÇALVES, Hebe Signorini. GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:" ISSO FUNCIONA?". **Direito em Movimento**, v. 18, n. 2, p. 73-107, 2020.

SCOTT, Juliano Beck e OLIVEIRA, Isabel F. de. **Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: estudo comparativo a partir de três programas brasileiros**. *Psicol. teor. prat.* [online]. 2021, vol.23, n.1, pp.01-20. ISSN 1516-3687. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP13040>.

TRINDADE, Lourival Almeida. **A ressocialização... uma (dis)função da pena de prisão**. SA Fabris Editor, 2003.

VIEIRA, Kaliane Gilioli et al. RELAÇÕES ABUSIVAS NO CONTEXTO FAMILIAR. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 4, p. e20651-e20651, 2019.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 460-482, 2001.

ZANELLO, Valeska. **Prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

ZANELLO, Valeska. **Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”**: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. In: FERREIRA, Larissa (org.). *Gênero em perspectiva*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 79–99. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/368023065>.